



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

ELIANE CONCEIÇÃO LIMA DE ANDRADE

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E ENGENHOS DE CACHAÇA:
ENGENDRAMENTO PARA O TURISMO NO BREJO PARAIBANO**

CAMPINA GRANDE-PB

2023

ELIANE CONCEIÇÃO LIMA DE ANDRADE

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E ENGENHOS DE CACHAÇA:
ENGENDRAMENTO PARA O TURISMO NO BREJO PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito à obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.

Linha de pesquisa: Estado, Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. José Luciano Albino
Barbosa

CAMPINA GRANDE-PB

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A553p Andrade, Eliane Conceição Lima de.

Patrimônio histórico-cultural e engenhos de cachaça: engendramento para o turismo no brejo Paraibano. [manuscrito] / Eliane Conceição Lima de Andrade. - 2023.

125 p. : il. colorido.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa, Departamento de Ciências Sociais - CEDUC."

1. Patrimônio cultural. 2. Turismo. 3. Historicidade. 4. Brejo Paraibano. I. Título

21. ed. CDD 338.9

ELIANE CONCEIÇÃO LIMA DE ANDRADE

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E ENGENHOS DE CACHAÇA:
ENGENDRAMENTO PARA O TURISMO NO BREJO PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito à obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.

Linha de pesquisa: Sociedade, cultura, turismo e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em: 07/07/2023

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa
(ORIENTADOR E PRESIDENTE DA BANCA)



Profa. Dra. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho
(EXAMINADORA INTERNA – UEPB)



Profa. Dra. Melânia Nóbrega Pereira de Farias
(EXAMINADORA EXTERNA – UFCG)

A todos os produtores da cachaça e do conhecimento a ela relacionado, que dedicam suas vidas à concretização de um sonho que cria Vida a cada alambicada produzida. Assim, de gota em gota, este produto vem ganhando a cada dia mais força, não apenas na região do Brejo Paraibano, mas em todos os cantos do Brasil e do mundo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelas infinitas graças derramadas diuturnamente em minha vida e por me dar razões para viver, sonhar e seguir.

À Virgem Maria, por interceder por mim junto ao seu Filho amado, acolhendome em seu colo protetor.

Aos meus pais, Nelson Barbosa do Nascimento e Maria Salete de Lima (*in memoriam*), e minha tia/mãe Odívia Inês de Lima (*in memoriam*), por terem despertado em mim, desde muito cedo, a autonomia e a coragem para lutar pelos meus sonhos. Meu grande exemplo de força e determinação.

Ao meu esposo, Cícero, por contribuir com seus conhecimentos sobre a temática trabalhada.

Aos meus filhos, Vicente Victor e Mariana, por me inspirarem a me reinventar e a buscar sempre a minha melhor versão, sendo o meu porto seguro em todos os momentos ao longo desta trajetória acadêmica.

Ao meu orientador, professor doutor José Luciano Albino Barbosa, por todos os ensinamentos repassados com gentileza, humildade e paciência, sendo ele o meu grande exemplo e referência para que este estudo pudesse ser concretizado.

A Maria Júlia Baracho, grande exemplo de mulher, esposa, mãe, de ser humano e de empresária que sempre esteve solícita às minhas indagações e que colaborou desde o início desta pesquisa, pessoa a quem dedico imenso apreço e admiração e a todos os que participaram desta pesquisa.

Aos professores e colegas do programa por terem sido sensíveis ao cenário de pandemia vivido e por permitirem que se formasse uma verdadeira rede de apoio e ajuda mútua durante todo o percurso do Mestrado, tornando o mesmo um espaço acolhedor e dinâmico onde foram construídas amizades sólidas e verdadeiras.

RESUMO

O estudo tem como objetivo geral analisar as articulações para o desenvolvimento do turismo na região do brejo Paraibano, tendo como eixos o patrimônio histórico-cultural e os engenhos da cachaça. Apoiado numa discussão a partir dos estudos históricos relacionados ao setor turístico, especialmente no que diz respeito à gastronomia, hotelaria, artesanato, e a toda cadeia produtiva relacionada. A cachaça se define não apenas como um importante instrumento para a construção de identidades, mas, também, como um elemento capaz de tecer relações sociais, políticas e econômicas. Isto é, um produto turístico capaz de proporcionar novos destinos. A pesquisa é do tipo exploratória e descritiva realizada em três engenhos localizados nos municípios de Alagoa Nova, Alagoa Grande e Areia, os quais oferecem uma historicidade e produção significativa para o Estado da Paraíba, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e documental, também foi realizada observações sistemática na pesquisa de campo, a metodologia permitiu observar as articulações entre patrimônio, cultura e turismo. Para definir o recorte, foi preciso buscar refinar essa seleção, especialmente dos fatos históricos e memórias dos proprietários desses estabelecimentos através da história oral. Dessa forma, torna-se necessário considerar a trajetória dos engenhos, períodos de maiores produções e inserção no mercado turístico. As considerações finais elucidam que a região do Brejo Paraibano possui roteiros turísticos diversos, e a cachaça produzida pode ser inserida em qualquer um desses roteiros devido ao seu potencial levantado na pesquisa, como também é possível trabalhar em outras perspectivas no que diz respeito a formas de proteção desse patrimônio e estratégias de fomento a atividade em prol do desenvolvimento e valorização da economia local.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Turismo. Historicidade. Brejo Paraibano.

ABSTRACT

The study has the main goal analyze the articulations for the development of tourism in the marsh region of Paraíba, having as axes the historical-cultural heritage and the cachaça mills. Supported by a discussion based on historical studies related to the tourism sector, especially with regard to gastronomy, hospitality, handicrafts, and the entire related production chain. Cachaça is defined not only as an important instrument for the construction of identities, but also as an element capable of weaving social, political and economic relations. That is, a tourist product capable of providing new destinations. The research is of the exploratory and descriptive type carried out in three mills located in the municipalities of Alagoa Nova, Alagoa Grande and Areia, which offer a historicity and significant production for the State of Paraíba, a bibliographical and documentary research was carried out, systematic observations were also carried out in the field research, the methodology allowed observing the articulations between heritage, culture and tourism. To set the clipping, it was necessary to seek to refine this selection, especially of historical facts and memories of the owners of these establishments through oral history. That way, it becomes necessary to consider the trajectory of the mills, periods of greater production and insertion in the tourist market. The final considerations elucidate that the Brejo region of Paraíba has different tourist itineraries, and the cachaça produced can be inserted in any of these routes due to its potential raised in the research, it is also possible to work on other perspectives with regard to ways of protecting this heritage and strategies to promote activity in favor of the development and enhancement of the local economy.

Palavras-chave: Cultural heritage. tourism. Historicity. Brejo Paraibano.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPECA - Associação Paraibana de Engenhos de Cana-de-açúcar

ABRABE - Associação Brasileira de Bebidas

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

COMPET sucroalcooleiro – Programa de Modernização e Competitividade dos Setores Econômicos Tradicionais

COODECANA - Cooperativa dos Produtores de Derivados de Cana-de-açúcar na Paraíba

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

EUA - Estados Unidos da América

GEOR - Gestão Estratégica Orientada para Resultados

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAC - Instituto Brasileiro da Cachaça

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MTUR - Ministério do Turismo.

PBTUR - Empresa Paraibana de Turismo

PNT - Plano Nacional do Turismo

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Proálcool - Programa Nacional do Alcool

PRODETUR-NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PRT - Programa de Regionalização do Turismo

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas da Paraíba

SEPLAG - Secretária de Planejamento e Gestão

SETED/PB - Secretaria do Estado de Turismo e do Desenvolvimento Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Geral.....	14
1.2.2 Específicos	14
2. HISTÓRIA DA CACHAÇA: ONDE TUDO COMEÇOU	15
2.1 História da Cachaça: Onde Tudo Começou?	15
2.2 Usina Tanques	22
2.3 Usina Santa Maria: do auge à falência	33
2.4 Período de declínio das usinas	36
2.5 Produção de cachaça no Brejo Paraibano	40
2.6 Cachaça Volúpia: tradição que segue.....	43
2.7 Cachaça Serra Preta: no mercado há cinco gerações.....	45
2.8 Cachaça Triunfo: turismo entrelaçado com a história local.....	47
3. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS	59
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS.....	95
APÊNDICES	102

1. INTRODUÇÃO

A cachaça tem passado, desde os anos de 1990, por uma revalorização enquanto produto de consumo, tomando nova significação, nova representação social como produto para promover o desenvolvimento regional e turístico. Com isso, ela tem ganhado destaque, não só no Brasil e suas regiões, mas também no exterior, sendo cada vez mais consumida.

Nesse aspecto, novas representações e simbologias estão sendo (re)construídas ao redor deste produto. Um dos fatores que têm produzido a (re)valorização da cachaça é a construção da mesma como uma bebida genuinamente brasileira, o que implica valores culturais, históricos e de plantio, diferenciando-a de outros destilados, configurando uma determinada reconstrução da “tradição”.

O processo produtivo brasileiro passou por vários ciclos econômicos, um deles foi o da cana-de-açúcar com a produção de açúcar, rapadura e cachaça. Desde o período colonial, temos a presença desse produto que mesmo em momentos de crise nunca deixou de ser produzido, coexistindo com outros ciclos econômicos. Os primeiros engenhos no Brejo datam do século XVIII, sendo o Engenho Bolandeira¹ o mais antigo a ser constatado, datando de 1764 (ALMEIDA, 1994, p. 20 - 21).

A partir da década de 1990, percebem-se mudanças no processo produtivo da cachaça na Paraíba, que ganha nova roupagem e novas representações, se enquadrando em padrões de qualidade preestabelecidos e novas maneiras de produção, nas quais se alia o moderno com o discurso do tradicional (BARBOSA, 2010). Algumas marcas tornaram-se bastante conhecidas, a exemplo das cachaças Rainha, Triunfo, Volúpia, Serra Preta, Ipueira entre outras que foram surgindo e acompanhando a evolução do produto, que passa a ter um valor cultural e maior inserção no mercado.

¹ Nos engenhos de açúcar, grande roda dentada que gira sobre a moenda movimentando as mós

Para tanto, delimitar o campo de estudo em torno da relação entre a produção da cachaça e o turismo não foi um processo simples, mas de muitos percalços, levando-nos à necessidade de repensar as várias possibilidades que este objeto de pesquisa poderia ter. Assim, a definição do objeto passou por momentos de transformações e reformulações em virtude da riqueza dos matizes e por consequência dos vários caminhos que poderia ter tomado esta pesquisa. Mas, dentre esses caminhos possíveis, observa-se que a cachaça é parte da história do Brasil e também do Brejo Paraibano e precisamos ter em conta o processo de mudanças, continuidades e descontinuidades relativas à sua produção e consumo.

A escolha deste objeto de pesquisa deu-se a partir de aspectos subjetivos e objetivos. Subjetivos, porque surge de um interesse, de uma intenção e da inquietação de descobrir, desconstruir e desnaturalizar o que parece óbvio. Objetivos, porque se afasta do senso comum, adentrando o campo científico. Portanto, pesquisar sobre este tema nos leva a mergulhar na história e na cultura, além de vivenciar o processo criativo da cachaça e desvendar o entrelaçamento desta bebida com o turismo da região, que vem sendo impulsionado pelo contexto criativo e se reinventa cada vez mais ao longo da história da cachaça.

De acordo com os objetivos, foi sistematizado uma historicização da produção de cana-de-açúcar no Brejo Paraibano, reconstruindo uma versão sobre a história dos engenhos e do auge e declínio das usinas. Posteriormente, analisamos as representações sobre o desenvolvimento, inclusive, no aspecto turístico dos distintos agentes que participam no processo de produção do espaço, percebendo também os conflitos dessa rede de atores. Por fim, objetivamos compreender como a representação da produção da cachaça se torna um bem turístico e as transformações ocorridas no espaço.

Desse modo, a pesquisa teve caráter qualitativo, com a utilização da técnica de pesquisa conhecida como “observação assistemática”, que, segundo Marconi e Lakatos (2018, p. 315), “ocupa-se de registrar fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos nem de perguntas diretas”. Tal abordagem ficou evidente nas conversas informais que mantivemos com a população local e os

proprietários dos engenhos estudados. Nossa preocupação foi que nossa intervenção fosse vista de forma natural pela comunidade e, assim, ocasionar a exposição fiel dos fatos por parte daqueles com quem conversamos. Portanto, a seleção dos participantes se deu a partir de uma amostra intencional, partindo da necessidade de resgatar significados e representações dos próprios produtores em relação à cachaça.

Na análise das entrevistas foi utilizado o arcabouço teórico metodológico das representações sociais de Moscovici. Para a realização da historicização, empregamos a revisão bibliográfica, a história oral e a memória, à luz da história cultural. Reconstruímos uma versão sobre a produção da cana-de-açúcar no Brejo, incluindo os engenhos; a instalação, atuação e declínio das usinas nesse processo. Posteriormente, analisamos a construção do espaço e as representações decorrentes do mesmo, apreendendo as representações sobre: desenvolvimento, desenvolvimento turístico e sobre a cachaça.

A cachaça passa a ter uma nova roupagem, um novo conceito sobre seu consumo que se reflete na forma de produção, quando são estabelecidos padrões de qualidade que atestam sua pureza e a instituem como própria para o consumo. Nesse contexto, engenhos que são tradicionais, tiveram que se adaptar às novas exigências para permanecer no mercado. Outros engenhos surgiram nesse momento de revitalização da cachaça, a exemplo do engenho Triunfo, mas com o rótulo de tradicional. Ao mesmo tempo em que ocorre esse processo de valorização da cachaça, os engenhos são apropriados para e pelo turismo, ocasionando transformações no espaço para atrair os turistas que procuram espaços reconstruídos como tradicionais.

Aliada a essa inovação da produção da cachaça, o turismo rural hoje é o segmento que maior representa a região do Brejo Paraibano, dentro e fora do Estado, impulsiona sua economia e garante trabalho para boa parte de sua população. Sua classificação pelos sites de recomendações de viagens é ótima e reflete muito a hospitalidade e o espírito colaborativo dos empresários e pequenos comerciantes locais. Numa pequena passagem pelas ruas das cidades ou nos engenhos é perceptível o desejo de integração com os demais participantes desse ciclo econômico. Como peças que se unem e dependem umas das outras para a rotação dar certo. Aqui chamamos de turismo rural essa

seleção bucólica de prazeres proporcionados pela história, arquitetura, gastronomia, cultura e pelo desenvolvimento humano.

Diante desse contexto, o presente trabalho busca responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Como o setor produtivo de cachaças da Paraíba tem definido estratégias de inserção de mercado como bebida e produto turístico?** Para conseguir um público consumidor com maior poder aquisitivo e novos espaços de inserção mercadológicos, a indústria da cachaça paraibana tem investido em ferramentas tecnológicas para melhoria da qualidade de seu produto, além de inovar na atuação/no turismo, de modo a ampliar as formas de exploração simbólica em torno da cachaça, com a cultura do engenho, daí a preocupação com os espaços de exploração turística como os engenhos e toda a cadeia de bares, hotéis e restaurantes construídos no Brejo Paraibano.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Analisar as articulações para o desenvolvimento do turismo na região do brejo Paraibano, tendo como eixos o patrimônio histórico-cultural e os engenhos da cachaça.

1.2.2 Específicos

- Analisar a cachaça como patrimônio do turismo cultural no Brejo Paraibano;
- Registrar o processo sócio-histórico de produção da cachaça de alambique no Brejo Paraibano;
- Identificar como a história e a cultura existente em cada estabelecimento tem contribuído para o processo de desenvolvimento local.
- Analisar a valorização do produto cachaça para agregar um maior valor aos espaços produtivos no Brejo Paraibano.

2. HISTÓRIA DA CACHAÇA: ONDE TUDO COMEÇOU

2.1 História da Cachaça: Onde Tudo Começou?

O processo de obtenção da *ácqua ardens* está registrado pelos gregos como a água que pega fogo – água ardente – entre os anos 23 e 79 d. C. Após torcer um pano umedecido com o vapor da resina do cedro, obtém-se o Al Kuhu, que nas mãos de alquimistas lhe atribuíram propriedades místico-medicinais, transformando-se, assim, em água da vida (ABRANTES, 2005).

A expansão do Império Romano fez com que a aguardente migrasse para o restante da Europa e Oriente Médio, onde os equipamentos para destilação são descobertos pelos árabes, que passam então, a utilizar o nome de Al Raga. Mais tarde originará a aguardente mais conhecida na Península Sul da Ásia: Arak – aguardente misturada com licores de anis e degustada com água. A tecnologia árabe de produção espalha-se pelo velho e novo mundo (PINTO, 1991).

Na Rússia, o destilado de centeio produz a famosa Vodka. Na Itália, o destilado de uva fica conhecido como Grappa. Em terras germânicas, a partir do destilado da cerveja, obtém-se o Kirsch. Na China e Japão, o Sakê, do arroz. Na Escócia, o destilado da cevada sacrificada origina o popular Whisky.

A tecnologia árabe também é adotada pelos portugueses, que a partir do bagaço da uva destila sua aguardente, a Bagaceira, que mais tarde será a sua principal mercadoria para retomada de seus lucros comerciais. As relações comerciais de Portugal não estavam em boa fase, e aproveitando o acordo com os espanhóis, lançam-se ao mar na busca de estruturar o monopólio comercial através da colonização americana. (ABRANTES, 2005).

A Espanha passou a dominar as rotas do comércio colonial, visto que além de monopolizar o comércio da prata de origem americana e da

incorporação da Coroa Portuguesa, também tinha participação no comércio oriental e do açúcar brasileiro.

Devido à longa guerra contra a Espanha e as concessões que fora obrigado a fazer no comércio colonial por conta de sua incorporação à Coroa Espanhola, Portugal perdeu seu império oriental e entrou em profunda crise entre os séculos XVI e XVII.

Incentivada pela exploração e na posse das terras descobertas no lado oeste do Tratado de Tordesilhas, Portugal traz ao Brasil a cana-de-açúcar vinda do Sul da Ásia, uma vez que os portugueses eram, naquela época, os mais experientes com a produção de açúcar, pois, desde o século XV, no ano de 1472 introduzira-a nas Ilhas da Madeira, nos Açores, no Cabo Verde e na Ilha de São Tomé (VALSECHI, 1960). Na Ilha da Madeira a plantação teve melhor rendimento, evoluindo como principal fornecedor de açúcar para a Europa e a sua distribuição era realizada pelos Flamengos, Holandeses e Alemães.

Com a descoberta do Brasil, a produção de açúcar foi transferida para a Bahia e Pernambuco, norte do Brasil. Em pouco tempo, o Brasil passou a liderar o mercado de açúcar na Europa. Já a produção espanhola, nas Canárias, Caribe e Antilhas não se desenvolveu (VALSECHI, 1960).

Com a união das coroas portuguesa e espanhola (1580), o açúcar português perdeu seu distribuidor holandês. Os Holandeses invadem o Brasil (Pernambuco), com o objetivo de retomar a distribuição do açúcar para a Europa.

Com a separação das coroas (1640), os Portugueses/Brasileiros, expulsaram os Holandeses de Pernambuco. Os Holandeses então migraram para o Caribe, desenvolvendo lá uma nova indústria de açúcar, concorrendo com a brasileira que entra em declínio (ABRANTES, 2005).

A cachaça de cana-de-açúcar, sempre esteve ligada à trajetória histórica do açúcar pelo mundo. A cachaça brasileira e o rum do Caribe têm a mesma origem, ambos provêm da destilação de cana-de-açúcar, porém receberam denominação diferente por rivalidades comerciais entre os reinos de Portugal e Espanha. No início, a cachaça foi denominada de aguardente, água que ardia ao beber, razão pela qual os ingleses a denominaram de “kill-devil” (palavra inglesa)

ou “rumbullion” (palavra Francesa). A referência mais antiga que se conhece de rum data de maio de 1657, na Corte de Massachusetts, proibindo a venda de licores fortes conhecidos como rumme, água forte, vinho, brandy etc. A palavra rum era utilizada já em 1667 (CÂMERA, 1986).

Entre 1523 e 1548, num engenho da Capitania de São Vicente, produz-se o primeiro vinho de cana-de-açúcar no Brasil (Garapa Azeda), denominado de cagaça pelos escravos. A partir daí originou-se a cachaça.

O primeiro engenho foi construído, em 1534, por Martin Afonso de Souza, na atual cidade de Santos (SP), chamado de Engenho dos Erasmos. Em 1584, Gabriel Soares faz o relato de que já existiam 8 engenhos que produziam açúcar - chamados de “cozer mel”. A partir daí originou-se a indústria nacional de cachaça, segundo registros iniciais da cachaça no Brasil, afirma Valsechi (1960).

Câmara (2004) relata que a cachaça era fabricada onde houvesse um engenho de açúcar, “virou moeda de troca”, usada para comprar escravos na África. O governo português tentou proibir a produção nacional da cachaça, pois sua venda de vinho e de bagaceira haviam despencado, mas tal tarefa revelou-se quase impossível. Nos dias úmidos e frios, o duro trabalho nos canaviais tornava essencial uma dose do destilado. Também era excelente remédio para gripes e resfriados. Mantinha aquecidos os escravos que ficavam mergulhados nos rios trabalhando em Minas. Dizia-se que podiam passar mal-vestidos e mal alimentados, mas jamais sem um gole de aguardente.

Em 1649, foi proibida a fabricação da aguardente, por atrapalhar o comércio do vinho português. Todos os que se beneficiavam do comércio de escravos reagiram contra, pois, da mesma forma que o tráfico com a África dependia do escambo do tabaco, a aguardente também (BOLLO, 2005).

Em 1738 cria-se a Capitania de Santa Catarina e seu primeiro Governador, o Brigadeiro José da Silva Paes é nomeado com a incumbência de dar cobertura militar e estratégica e de implantar um sistema defensivo litorâneo onde se incluía a Ilha de Santa Catarina (BERGER, 1979).

A partir de 1748, o Brigadeiro construiu na Ilha dez praças de guerra e promoveu seu povoamento, com açorianos e madeirenses que introduziram a

fermentação de melado² de cana para a produção de cachaça. Contribuindo para o desenvolvimento da economia local através das artes manufactureiras (BERGER, 1979).

O governo português resolveu cobrar taxas sobre a produção. Abalada por um terremoto em 1756, os impostos sobre a cachaça ajudaram a reconstruir Lisboa, que por sua vez desencadeou revoltas no Brasil. Na Conjuração Mineira a cachaça passou a ser um dos símbolos. Os inconfidentes valorizavam o produto nacional e incentivaram o consumo do que até hoje os portugueses chamam de aguardente da terra. A cachaça, sendo relativamente barata, tinha conquistado o país. Embora a elite brasileira tenha por vezes torcido o nariz para a cachaça, ela tornou-se a bebida nacional, a cara do Brasil (ABRANTES, 2005).

No século XIX, sua produção e consumo já estavam tão disseminados e identificados com a terra que a cachaça se tornou, então sinônimo de brasilidade. Na Revolução Pernambucana de 1817, bem como nas lutas de Independência, brindar com vinho ou outra bebida significava se alinhar com o lado português. A situação tornou-se tão extrema que, em certos lugares, não beber era considerado pouco patriótico.

Em 5 de Janeiro de 1785, institui-se o Alvará Régio extinguindo, no Brasil, as manufaturas ocasionando um severo revés, permanecendo, no entanto, a tradição familiar de produzir cachaça a partir do melado de cana-de-açúcar na região da Ilha e seu litoral (BERGER, 1979). Apenas com a independência do Brasil, em 1822, ressurgiria a produção da cachaça.

Considerada um produto tipicamente brasileiro, a cachaça já passou por várias etapas no país, tendo chegado a ser um produto desvalorizado no cenário interno, especialmente no período dos Barões do Café do século XIX, que exaltavam costumes europeus. A partir do século XX, a bebida foi ganhando reconhecimento pelos diversos movimentos que ressaltavam a importância de seu valor cultural para a nação. Após esses acontecimentos, tornou-se um produto valioso para nossa economia e, como consequência, diversos engenhos começaram a surgir nas áreas litorâneas, incluindo o estado da Paraíba.

² Mel de engenho obtido após a retirada do mel de melhor qualidade para produção de rapadura, também conhecido por “melaço”.

Não se sabe ao certo a origem da aguardente no país, mas o que se pode dizer quanto ao prelúdio³ dessa história é que seu processo de produção, para culminar na cachaça como hoje conhecemos, remonta à época em que o Brasil era apenas colônia de Portugal, receptor da cana-de-açúcar e das técnicas de destilação estrangeiras. Dessa forma, arrisca-se dizer que a história da cachaça anda lado a lado com a do Brasil.

Do ponto de vista local, a região do brejo Paraibano é um dos mais recentes sítios históricos tombados como patrimônio nacional, devido a sua implantação urbana e arquitetura, sua história, e seu valor paisagístico, com forte contribuição das propriedades rurais que a circundam. Dentre os diversos ciclos econômicos por que passou desde os seus primórdios, e que contribuíram para a formação do que hoje se conhece, a cana-de-açúcar foi o único que não chegou a ser abolido totalmente da região, tendo abrigado mais de cem engenhos, hoje em número bem reduzido, e que mesmo atuando como testemunhas do passado não foram consideradas em seu tombamento.

Devido às suas características físicas, o brejo Paraibano é considerado um dos locais mais propícios para o plantio da cana-de-açúcar, desde o início de sua implantação, no século XVII. A história dessa cultura e de todo o brejo Paraibano está ligada à história da civilização do açúcar no Brasil. Os engenhos de cachaça e rapadura existentes na região são símbolos de seu passado rico em valor histórico e cultural (DANTAS, 2004, p. 2). E de fato, como relata Horácio de Almeida, foi a única cultura agrícola que nunca chegou a ser totalmente abandonada na região, mesmo com a mudança dos seus ciclos econômicos.

O surgimento dos primeiros engenhos na região do brejo Paraibano data de meados do século XVIII, por volta de 1760. O registro mais antigo data de 1764, e refere-se ao Engenho Bolandreira no município de Areia-PB (ALMEIDA, 1994, p. 20-21). Os primeiros engenhos se caracterizavam como pequenas propriedades que se localizavam próximas umas das outras, e normalmente eram implantados próximos a vales e riachos, que ajudariam na irrigação das terras. Inicialmente o principal produto era o açúcar, mas este logo foi substituído pela produção de cachaça e rapadura, por estes possuírem um processo de

³ Ato preliminar, primeiro passo para (alguma coisa).

fabricação mais rápido e rentável (ALMEIDA, 1958, p. 101), além da dificuldade de exportação devido ao relevo acidentado e das distâncias aos portos de embarque.

Na segunda metade do século XIX, a região vive um breve apogeu devido a um período de prosperidade dos engenhos de açúcar (ALMEIDA, 1958, p. 100-103). Este foi um período de grande progresso, com o desenvolvimento do comércio e a diversificação das atividades culturais – circulação de jornais locais, construção de teatro etc. – além da construção das casas mais imponentes das cidades e das ruas calçadas (GARCIA JUNIOR, s/d, p. 14-15). Essa situação se estende até o início do século XX, quando uma grande crise leva boa parte das propriedades à condição de fogo morto. Vários fatores contribuíram para que isso ocorresse, a inconstância dos ciclos econômicos, que alteravam o uso das propriedades, além da implantação da estrada de ferro, que a partir de 1900 se estende apenas até os municípios de Guarabira e Alagoa Grande (ALMEIDA, 1958, p. 104), dificultando o escoamento da produção agrícola. Outro fator que contribui para o declínio dos engenhos foi a instalação das usinas Santa Maria, no município de Areia em 1931, e Tanques, no município de Alagoa Grande, entre 1926/1930 (ALMEIDA, 1994: 27), que arrendaram⁴, ou adquiriram, terras de outros engenhos vizinhos que passaram a ser aproveitadas apenas para o plantio da cana, culminando na ociosidade e abandono de boa parte das edificações (DANTAS, 2004, p. 3). Nessa mesma perspectiva, Almeida (1994), exprime:

Essa, certamente, foi a fase mais depredadora em relação ao meio ambiente e ao patrimônio cultural da região. Indiferentes a tudo que não representasse interesse imediato a seus negócios, seja a cana-de-açúcar ou a pecuária extensiva, as usinas e os novos proprietários, principalmente, destruíram a cobertura vegetal de proteção dos morros e as matas ciliares, as paisagens típicas e as edificações de interesse histórico e arquitetônico. [...]. Tudo como sempre feito em nome do progresso. (p. 32)

A usina Santa Maria teve seu declínio na década de 1990. Atualmente restam apenas ruínas de suas instalações, mas alguns dos engenhos que haviam sido arrendados durante seu funcionamento continuam produzindo,

⁴ Ato de alugar as terras dos engenhos para ampliar a plantação

alguns com novas instalações para substituir as que foram destruídas durante aquele período. Chegaram a existir mais de cem engenhos no município de Areia ao final do século XIX. Na década de 1950 esse número havia sido reduzido para cerca de 80, além de uma usina (ALMEIDA, 1958, p. 37), e no final da década de 1990 existiam menos de 10% do total (ALMEIDA, 1994, p. 31). Essas propriedades mudaram de função, foram abandonadas, destruídas para ampliação da área de plantio ou criação de loteamentos e assentamentos, e até submersas por barragens.

Já a usina Tanques teve seu declínio após a morte do senhor Aguinaldo Velloso Borges que ocorreu em 24 de abril de 1990, começando, em seguida, a enfrentar fortes crises, vindo a fechar as portas sete anos depois, em 1997.

Além da importância histórica e na configuração cultural e urbana regional, o patrimônio arquitetônico encontrado em algumas das propriedades remanescentes justifica a sua valorização patrimonial. Os conjuntos edificados dos engenhos foram construídos, em sua maioria, durante os séculos XVIII e XIX, e são comumente formados pela fábrica (engenho), casa-grande, curral, depósitos, casa de moradores, e, em alguns casos, capelas. De modo geral, a fábrica apresenta uma arquitetura funcional, sem adornos ou outros elementos que não se justificassem por sua utilidade (CARVALHO, 2005, p. 18), essas edificações possuem um valor estético e cultural, pois estão intimamente relacionadas com o saber ali praticado.

O mesmo acontece, na maioria dos casos, com as demais edificações, a exceção verificada é no caso das casas-grandes e das capelas. Comumente construídas em pontos mais altos em relação às demais edificações, se destacam em relação ao resto do conjunto por possuírem elementos decorativos, incorporados durante os períodos de apogeu dos ciclos econômicos.

Outro fator diferencial da arquitetura dos engenhos é a organização interior, e os seus elementos construtivos, como os telhados das fábricas

formados por tesouras⁵ tipo “canga-de-boi” com telha tipo cerâmica, sustentados por pilares dispostos nas laterais da fábrica. A casa grande apresenta tipologia construtiva variada, nessa região o mais comum são as casas com três alpendres, frontal e lateral, mas essa tipologia pode variar, encontrando-se desde casas apenas com alpendres laterais, como as sem alpendre.

Para além do patrimônio material, “A melhor riqueza que escorria nas bagaceiras de engenhos e que lamentavelmente quase toda se perdeu era a do folclore, na sua expressão mais genuína, manifestado nas artes de curar e do sabor da linguagem brejeira [...]” (ALMEIDA, 1958, p. 106). O declínio da atividade dos engenhos gerou uma série de problemas sociais, como o desemprego e o êxodo rural, e com os trabalhadores partem também as tradições outrora desenvolvidas.

Algumas propriedades chegaram a possuir mais de cinquenta casas de moradores, que realizavam festas e danças nas datas religiosas, como o coco de roda e a formação de bandas de pífano, atividades que desapareceram da região sem deixar registros. Outra atividade tradicional do engenho, a do “mestre rapadureiro”⁶, que dá o ponto do melaço para preparação da rapadura, e cujo ofício era passado de pai para filho, tem diminuído constantemente, devido à redução das unidades produtoras e do declínio do preço da rapadura. As cantigas por eles entoadas durante o preparo do doce, têm se perdido no tempo, e várias já foram esquecidas, também, sem deixar registros.

Atualmente, alguns proprietários têm procurado investir em novas alternativas econômicas, aliadas à tecnologia da produção de cachaça e rapadura. Uma dessas atividades é o turismo, sobretudo com a exploração do ecoturismo e do turismo rural.

2.2 Usina Tanques

⁵ O nome dessa estrutura vem de seu formato triangular, que lembra o de uma tesoura aberta. Ela é responsável por sustentar a cumeeira, a terça, o caibro e diversos outros elementos.

⁶ Pessoa que tem a habilidade de produzir rapadura de qualidade, fazendo-a de forma primorosa.

O município de Alagoa Grande possui uma área de 337,7 km² e localiza-se na mesorregião do Agreste Paraibano, na microrregião do Brejo, distando 111 km da capital João Pessoa, 60 km de Campina Grande e 29 km de Guarabira (FREIRE, 1996). Limita-se ao Norte com os municípios de Areia e Alagoinha; ao Sul, com Serra Redonda; a Leste, com Gurinhém e Mulungu; a Oeste, com os municípios de Alagoa Nova e Matinhas; a Sudeste, com Juarez Távora e a Sudoeste, com Massaranduba. O município é servido pelas rodovias pavimentadas PB-079 e PB-075, além da PB-067 (em terra). “Possui latitude de 07° 09’ 30” e longitude 35° 37’ 48”, e sua altitude média é de 143 m. Alagoa Grande possui uma população de 28.482 habitantes, sendo composta por 13.862 homens e 14.620 mulheres. A população urbana é de 17.532 pessoas e a rural 10.950, sendo a densidade demográfica de 85,53 hab./km². (IBGE, primeiros resultados do censo 2010).

É neste município que por quase meio século funcionou a todo vapor a renomada Usina Tanques, que empregava centenas de trabalhadores e que cedia habitação aos familiares de muitos desses trabalhadores.

Construída ainda nas primeiras décadas do século XX (vimos referência tanto para 1926 quanto para os anos de 1930), a Usina Tanques funcionou por mais de meio século, moendo cana, fabricando e refinando açúcar, até que na década de 1990 parou de funcionar.

Hoje em ruínas, essa usina, que teve origem no antigo engenho Tanques, representou um marco para a modernização da produção açucareira na região do brejo Paraibano. Ao longo dos anos muitas histórias se passaram dentro e fora dessas paredes.

Nesse sentido, é interessante lembrarmos que a Usina Tanques, fundada em 1926 fora vendida ao pilarense Agnaldo Veloso Borges em fins da década de 1950. Única usina de açúcar do município, ela sofreu um processo de modernização em dois momentos: o primeiro em 1958 e o segundo no ano de 1966. Com a introdução do moderno maquinário industrial e a expansão dos

campos de plantação da cana-de-açúcar houve uma crescente demanda de mão de obra para a realização do cultivo de canaviais e a fabricação do açúcar.

Durante o período que se estende da década de 1960 a 1980 os dados apontam para um crescimento exorbitante da concentração fundiária. Para pensarmos em números no Nordeste, vale lembrar que o número de imóveis rurais nessa região durante o período de 1972 a 1978 sofreu algumas mudanças. De acordo com Andrade (1988), o número de minifúndios baixou de 72,0%, em 1972, para 67,3% em 1978. Enquanto isso, o “Latifúndio de exploração”, que era de 24,0%, aumentou para 29,0%. No que concerne à área ocupada pelas diferentes categorias de imóveis, em 1972 o minifúndio ocupava 13% da área, enquanto em 1978 esse número baixou para 9%. O “Latifúndio por exploração⁷” teve um aumento na sua área de 73%, em 1972, para 77,0% no ano de 1978 (2011, p. 65). De acordo com o IBGE, essa realidade apresentada quando os dados foram divulgados não se apresentava diferente nas mesorregiões da Zona da Mata e Agreste paraibanas e nem tampouco no município de Alagoa Grande.

É bom lembrar que antes desse período, a microrregião do Brejo, na qual está inserido o município de Alagoa Grande, foi grande produtor de algodão, café e agave. Economias estas que movimentaram o mercado regional e local, principalmente por meio da Great Western que penetrou as regiões interioranas, chegando a este município no ano de 1901 (FREIRE, 1998, p. 74). É bom lembrar que foi por meio do trem de ferro que foram transportadas as máquinas daquela usina de açúcar, assim também como o açúcar nela produzido. Esses “elementos do progresso”, assim considerados por muitos, demoraram pouco mais de meio século, sendo desativados no período dos governos militares, mais precisamente no ano de 1967 (FREIRE, 1998, p. 160).

A história da estação Ferroviária de Alagoa Grande começa há 122 anos. Após o contrato celebrado em 22 de janeiro de 1900 entre o Governo Federal e a companhia inglesa The Conde D’Eu Railway Company para a construção do prolongamento ferroviário entre as localidades de Mulungu até Alagoa Grande, a mesma companhia submeteu à consideração do Ministério de Viação e Obras

⁷ Latifúndio por exploração é o imóvel de área igual ou superior ao módulo fiscal que está inexplorado ou deficientemente explorado pelo mau uso da terra.

Públicas o orçamento das despesas a fazer com as obras. O orçamento foi aprovado pelo Decreto n.3856, de 15 de dezembro de 1900 foi de 521:00\$000, segundo consta do original para as obras de construção.

Todo este progresso chegando à cidade se deve fundamentalmente a um homem, tratava-se do Deputado Federal patoense radicado em Alagoa Grande Apolônio Zenaide Peregrino de Albuquerque Montenegro, que na época era chefe político local. Apolônio Zenaide tinha uma grande reivindicação junto ao governo federal: realizar a construção da estrada de ferro em sua propriedade. Através de muita luta, enfim o referido deputado junto ao Governo construiu a ferrovia no município de Alagoa Grande - PB.

O dia tão esperado chegou: em 1º de julho de 1901, a locomotiva denominada “Alagoa Grande” chegava “bufando” na cidade para a admiração de todos os presentes neste dia histórico. Realmente foram tempos gloriosos. A partir de então, um verdadeiro surto de crescimento nos âmbitos social, cultural e econômico “apitava” na terra da “Lagoa do Paó”⁸. Na primeira metade do século XX, serviços dos mais variados tipos chegaram a Alagoa Grande, de forma jamais vista, sendo este um dos municípios mais prósperos de toda a Paraíba durante décadas. A estação seria concluída apenas no ano seguinte, em 1902.

A estação de Alagoa Grande foi a segunda na Paraíba a possuir um andar superior a ser construída; a primeira foi a estação Conde D’Eu, em João Pessoa, que tinha dois pavimentos, porém esta foi demolida no início da década de 1940 para a construção de outra em estilo moderno. Seguiu a linha simples de volumetria com ampla cobertura de sua plataforma, a fim de atender melhor os transeuntes.

Porém, em novembro de 1966 o tráfego ferroviário entre Mulungu e Alagoa Grande foi interrompido por ordem do Governo Federal. Na época o Ministro de Viação era Juarez Távora. Esta decisão equivocada deixou em segundo plano as ferrovias deste país, que proporcionavam meios de

⁸ A Lagoa do Paó, ambiente lântico no município de Alagoa Grande, Paraíba, recebe grande parte da carga de esgoto da zona urbana.

transportes mais baratos do que as rodovias que estavam sendo priorizadas. A estação caiu em desuso e esquecimento. É tombada pelo IPHAEP (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba) desde 2002, mas encontra-se atualmente em estado de total abandono, como se pode perceber nas figuras 5, 6 e 7, nos anexos.

Grande parte da classe política de Alagoa Grande e região era constituída pelas elites agrárias. Segundo Freire (1998), a maioria de prefeitos e vereadores tiveram as suas origens em famílias proprietárias de terras. O clientelismo, que foi muito forte na região do Agreste, era um elemento constitutivo nas relações políticas e de poder naquele município. Essa prática refletia-se diretamente nas relações sociais, interferindo diretamente no cotidiano local. Trata-se de um fator que contribuía fortemente para a continuidade de uma sociedade de hierarquias e, conseqüentemente, para o crescimento da desigualdade social.

Essa crescente concentração de renda e desigualdade social não era imperceptível aos olhos da sociedade. Os trabalhadores rurais da região Agrestina não cruzaram os braços diante dessa realidade. Anterior a esse quadro apresentado por Andrade, na década de 1950 aqueles atores sociais formaram associações que ficaram conhecidas como Ligas Camponesas. As suas reuniões tinham um propósito: o de formarem politicamente a classe trabalhadora no sentido de se engajarem numa luta contra a expropriação e exploração no campo na busca pela efetivação dos direitos trabalhistas e o direito a terra. Com o crescente número dessas entidades, os proprietários de terra sentiram a necessidade de também criarem uma organização que permitisse a luta pelos seus interesses. Em 1962 foi criada a Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba com fins de discutir as pressões sofridas com as Ligas Camponesas e com o propósito de, ao se aglutinarem, formarem uma força mais forte contra os trabalhadores do campo e moradores que faziam parte daquele movimento (O NORTE, 1962).

CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO NAS TERRAS DA USINA

As experiências que tratam sobre as condições de trabalho nas áreas onde se desenvolvia a cultura canavieira são evidenciadas em diversas pesquisas na região Nordeste. Em seu estudo sobre os moradores de engenho na região do Agreste pernambucano, a historiadora Christine Dabat (2012) apresenta várias experiências que revelam as condições precárias em que vivia uma grande parcela desses agentes históricos. A violência patronal, e as relações que denotam exploração, opressão e humilhação para com o trabalhador do campo nessa região são encontradas em muitas fontes históricas utilizadas por essa pesquisadora. A arquitetura do modelo de produção Plantation pernambucano constituiu um elemento essencial para se compreender como essas relações de poder se estabeleciam (FERREIRA FILHO, 2016).

Na Paraíba, a historiografia confirma em muitas evidências as situações de depreciação das vidas humanas, dos braços que sustentavam esse modelo da indústria açucareira (RANGEL, 2000), além das lutas de resistência que se têm travado (NUNES, 2006; FERREIRA, 2010; PEREIRA, 2012) e a violência patronal e a concentração de poder da elite agrária (RODRIGUES, 2018). Esses estudos apontam que as experiências no mundo do trabalho no território paraibano não são diferentes daquelas que são relatados pelos trabalhadores em outros estados do Nordeste. Ainda mais, essas relações de exploração se assemelham às experiências exploradas por vários intelectuais no continente americano, como é o exemplo dos estudos realizados pelo antropólogo Sidney Mintz em regiões da América Central (2003).

Desejosos de expandir a área de plantação da cana-de-açúcar, grande parte dos proprietários recorria às mais diversas práticas de violência para obrigar os moradores a abandonarem as suas casas. Uma dessas práticas mais comuns é a destruição dos sítios enquanto espaços onde os trabalhadores encontravam condições e possibilidades de desenvolver ali a agricultura de subsistência. Uma dessas evidências ocorre no Engenho Capivara, no município de Alagoa Grande. Os posseiros, em número de cinco membros de uma mesma família, cultivavam, nesse terreno, as lavouras de mandioca, milho, hortaliças e cana-de-açúcar. “No início do mês de junho de 1983 o sítio dos posseiros foi

invadido por tratores...” da Usina Tanques, que destruíram as plantações dos moradores (MOREIRA, 1997, p. 422-423).

Observa-se que em nenhum momento a dignidade da pessoa humana, que se consolida no art. 1º, III, da Constituição, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil e do Estado Democrático de Direito, é respeitada. O referido artigo elenca, ainda, em seus incisos II e IV, a cidadania e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, respectivamente. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande recebia inúmeras denúncias de seus associados, sendo a maioria destas relacionadas ao tratamento que estes recebiam de seus patrões e que se configuravam como salários insignificantes, humilhações, exploração, expropriação, ameaças de despejos, violência física etc.

Não bastavam as condições difíceis em que viviam os trabalhadores rurais e moradores que dependiam das terras de seus patrões, também teriam que sofrer a opressão, a humilhação, e ter que viver com a instabilidade constante de que a qualquer momento poderiam ficar sem terra para trabalhar e sem casa para morar.

O fato é que as condições de trabalho eram degradantes. As diversas famílias que viviam no sistema de moradia sempre trabalhavam cinco ou seis dias semanais, mas eram, geralmente, remunerados apenas por quatro dias. Um desses dias de trabalho correspondia a sua permanência nas terras enquanto morador. Na verdade, tratava-se de um contrato de moradia como uma espécie de tradição já implícita nessas relações de trabalho. Essas relações foram desmontadas com a expansão da cana-de-açúcar e/ou quando as terras passavam a ter um novo proprietário. Essa quebra de contrato em que o novo proprietário ou arrendatário impunha certos empecilhos à vida do morador na propriedade com o objetivo de, indiretamente, expulsá-lo das suas terras. A questão se encaminhava, quase sempre, para uma luta de enfrentamento com violentos conflitos e, muitas vezes, ameaças de morte que tendiam a aumentar as tensões.

Este fato pode ser evidenciado pelo relato das famílias de Engenho do Meio, uma área de 150 hectares a 0,3 km de Alagoa Grande. Ali viviam até 1983 aproximadamente 80 famílias na condição de moradores há cerca de trinta anos. A terra, que era de propriedade da senhora Maria Benevides Maroja de Castro, foi arrendada à Usina Tanques em 1983 por sete anos. Contudo, dois anos depois da Usina arrendar as terras, apenas 35 famílias continuavam morando nessa área. Então, por que no espaço de dois anos 47 famílias abandonaram as suas moradias nessas terras? Também é bom lembrar que durante esse “mesmo período, o trabalhador Carlos Fernandes Ribeiro foi ameaçado de morte” (MOREIRA, 1997, p. 425-426).

Enquanto viviam sob a posse da antiga proprietária, a Sra. Maria Benevides, esses moradores viviam sob o regime de cambão (trabalhavam um dia por semana sem serem remunerados). No entanto, com o arrendamento feito pela Usina Tanques, os trabalhadores tornaram-se diaristas, ou seja, trabalhavam os cinco dias da semana, mas o pagamento referente ao quinto dia era suprimido. Fica visível aqui a prática de exploração da mão de obra da classe trabalhadora do campo, tão comum àquela região.

Essas famílias, que exploravam a agricultura de subsistência com as lavouras de milho, mandioca, batata-doce, também plantavam árvores frutíferas de onde geralmente, a colheita era comercializada nas feiras semanais da cidade. Com o arrendamento pelo gerente da Usina Tanques, o Sr. José Buarque de Gusmão Neto, conhecido como Zito Buarque, as plantações foram reduzidas para atender a expansão das plantações da cana-de-açúcar. Dessa maneira, os moradores ficaram também proibidos de plantarem árvores frutíferas.

Além das péssimas condições de trabalho, salários irrisórios e sem casa para morar, os moradores e trabalhadores assalariados buscavam alternativas que lhe oferecessem sobrevivência. Uma dessas formas de resistência era a fuga; caracterizada pela busca por lugares que oferecessem melhores condições de vida e de trabalho. Muitos desses atores sociais migravam para as grandes metrópoles do país, como o Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo.

Pensar as condições de vida dos trabalhadores do campo no município de Alagoa Grande e região envolve várias temáticas que podem ser abordadas de maneira genérica. Entre essas podemos lembrar brevemente a moradia, a alimentação, o cuidado com a saúde, a sua indumentária, o cotidiano etc.

Assim, podemos observar um conjunto de elementos e atividades culturais e sociais praticadas pela população local e da região, constituindo-se também como elementos identitários daquele espaço. Ao serem identificados, esses podem servir de termômetro para analisarmos as condições de vida dos principais atores sociais aqui envolvidos até os dias atuais.

A partir da década de 1960, com a expansão da cultura canavieira, grande parte da população rural, moradores de engenho, migraram para as áreas suburbanas da cidade de Alagoa Grande, formando uma espécie de cinturão. A habitação do Morro do Cruzeiro teve seu início na década de 1950 e com a inauguração de um símbolo religioso (cruzeiro) construído pelo poder público e inaugurado em 31 de dezembro de 1962, no governo do prefeito de Telesforo Onofre, a migração do campo passou a ocupar a área do morro de maneira crescentemente vertiginosa (FRANÇA, 2012, p. 25). Como descreve Freire (1998), o fato é que com a modernização da Usina Tanques, “a mão-de-obra anual que absorvia mãos e braços de centenas de trabalhadores, passou a ser temporária, em torno de cinco meses, desenvolvida por pessoas moradoras da periferia da cidade, na maioria ex-moradores dos engenhos” (p. 103).

MARGARIDA MARIA ALVES: SÍMBOLO DA LUTA DA MULHER TRABALHADORA

Margarida Maria Alves, nascida na cidade de Alagoa Grande em cinco de agosto de 1933 foi uma sindicalista e defensora dos direitos humanos. Foi uma das primeiras mulheres a exercer um cargo de direção sindical no país. Seu nome e sua história de luta inspiraram a Marcha das Margaridas, que foi criada em 2000.

Postumamente, recebeu o Prêmio Pax Christi Internacional, em 1988. Todos os anos, na semana que antecede o dia 12 de agosto, data de seu assassinato, na cidade de Alagoa Grande a população traz à tona a memória da sindicalista, que foi a precursora feminina na Paraíba na defesa dos direitos dos trabalhadores do campo.

Margarida Maria Alves era a filha mais nova de uma família de nove irmãos e viveu no Sítio Jacu, zona rural de Alagoa Grande até os 22 anos de idade. Porém, ao ter sido expulsa juntamente com sua família da terra por grandes latifundiários, a família de Margarida teve que ir morar na periferia de Alagoa Grande (PB). Sendo assim, ela carregava a questão das terras desde cedo. Margarida nunca conseguiu estudar, completando a quarta série do Ensino Fundamental mais velha do que a média de escolaridade comum.

Tornou-se Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, em 1973, aos 40 anos. A militante esteve à frente na luta pelos direitos básicos dos trabalhadores rurais em Alagoa Grande; carteira de trabalho assinada e 13º salário, jornada de trabalho de oito horas diárias e férias. Também lutava em defesa dos trabalhadores poderem cultivar suas próprias terras, pelo direito do fim do trabalho infantil nas lavouras e canaviais e para que essas crianças pudessem estudar. Durante sua gestão sindical, criou um programa de alfabetização para adultos inspirada nos modelos do educador Paulo Freire, para conscientização e ensino de mais trabalhadores. Também foi a responsável por mover mais de 100 ações trabalhistas na Justiça do Trabalho local, de Alagoa Grande-PB - que estavam relacionadas a grandes proprietários de terras e, principalmente, com os usineiros de açúcar, donos da Usina Tanques. No ano de sua morte, em 1983, eram movidas cerca de 70 ações na Justiça do trabalho local, segundo dados do Ministério Público.

Margarida é um dos maiores nomes da luta sindical no Brasil e foi no seu discurso no Dia do Trabalho, celebrado no dia 1º de maio de 1983, que falou uma de suas frases mais famosas: "Da luta eu não fujo. É melhor morrer na luta do que morrer de fome". Três meses após o evento, Margarida foi assassinada na porta de sua casa.

MORTE DE MARGARIDA ALVES

Margarida Maria Alves foi assassinada no dia 12 de agosto de 1983, na época com 50 anos, com um tiro de uma espingarda de calibre 12, no rosto, na frente de sua casa, em Alagoa Grande, Paraíba. A militante já vinha recebendo uma série de ameaças de morte por telefonemas e cartas, mas, foi naquela tarde de agosto que Margarida foi alvejada no rosto ao atender a porta – enquanto seu marido a acompanhava e seu filho de oito anos brincava na calçada – que as ameaças realmente se concretizaram. Margarida atendeu a porta e o homem perguntou "é a Dona Margarida?", e ela respondeu "sou", segundos antes de levar o tiro. Grandes fazendeiros da região haviam contratado um assassino de aluguel.

O crime teve grande repercussão nacional e internacional, chegou a ser denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Dois anos depois de sua morte, o Ministério Público denunciou três pessoas que poderiam estar associadas ao crime: Antônio Carlos Regis, visto como um ponto focal dos fazendeiros da região e os irmãos Amauri e Amaro José do Rego, que teriam sido, de fato, os executores. Em 1988, três anos após a denúncia realizada pelo Ministério Público, Antônio Carlos Regis foi absolvido por falta de provas. Em 1995, o Ministério Público realizou uma nova acusação de outros fazendeiros como mandantes do assassinato: Aguinaldo Veloso Borges, Zito Buarque, Betâneo Carneiro e Edgar Paes de Araújo. Apenas Zito Buarque passou pelo processo, ficou preso durante três meses e, em 2001, foi absolvido. O crime político nunca foi resolvido.

A casa simples em que ela morava foi comprada pela Prefeitura Municipal de Alagoa Grande e virou museu em 26 de agosto de 2001. Na fachada do local está escrita sua frase mais famosa, que virou símbolo da luta sindical no Brasil: "Da luta não fujo. É melhor morrer na luta do que morrer de fome." Abaixo de uma das janelas da residência tem uma placa onde está escrito "Aqui foi

assassinada em 12-08-1983 a líder sindical Margarida Maria Alves". Dentro do imóvel, em letras garrafais na cor preta, está escrito "Da luta eu não fujo".

2.3 Usina Santa Maria: do auge à falência

As usinas de açúcar apesar de serem um empreendimento industrial, também possuem um caráter rural, por estarem localizadas nas zonas rurais, próximas aos canaviais. O funcionamento das usinas nordestinas ocorre em sazonalidade, com o período da safra e da entressafra. Aproximadamente de setembro até março ocorre o período da safra, no qual a usina funciona a todo vapor. De abril a agosto é marcada a entressafra, momento no qual a usina passa pela manutenção dos seus equipamentos (LEITE, 1976).

A usina Santa Maria, que possuía sua sede na zona rural do município de Areia, iniciou suas atividades em 1931. Com a implantação do Programa Nacional do Alcool na década de 70 (Proálcool), a usina expandiu e criou a sua destilaria anexa de álcool em 1978 (MENEZES; MALAGODI; MOREIRA, 2013). Os 3.452 hectares pertencentes à usina ocupam terras em três municípios: Areia, Serraria e Pilões, sendo sua sede no primeiro destes.

Cabe destacar que do ponto de vista econômico, a Usina Santa Maria sempre produziu uma quantidade de açúcar extremamente inferior à média nacional. Somente com o Proálcool a usina expandiu como aponta Garcia Jr. (1990): “só na safra 69/70 é que a produção da Usina Santa Maria atinge 100 mil sacos, que já era a produção média das usinas brasileiras desde a safra 53/54, praticamente 20 anos antes” (p. 211).

A usina era movida pela força dos trabalhadores do açúcar, nela existiam diversos tipos de cargos, que envolviam a parte agrícola – trabalhadores rurais – e a parte industrial – operários. Enquanto na parte agrícola encontramos cargos como cortadores de cana-de-açúcar, cambiteiros⁹, enchedores de

⁹ Trabalhador que cuida do transporte de cargas em cambitos ('forquilhas'), no lombo de animais.

caminhão, auxiliar de carpinteiro, administrador de exploração agrícola, vaqueiro, chefe de tráfego, tratorista, os últimos podem ser classificados como: “operários de fabricação, operários de oficina de manutenção, operários ligados aos transportes, operários fixos e operários sazonais” (LEITE, 1976, p. 11). Nos anexos (figura 15), é encontrada a planta da distribuição espacial da usina Santa Maria. O retângulo maior representa a usina e os quadrados a sua frente e espalhados pelo mapa são as vilas operárias da usina. As quatro circunferências são as caldeiras.

Alguns cargos encontrados nas fichas dos trabalhadores da usina que estão sob a guarda do projeto de pesquisa Acervo Documental da Agroindústria Açucareira na Paraíba: estivador, foguista, fundidor, brequista, turbineiro, motorista, dentista, enfermeiro, ajudante, dosador, chefe de armazém, passador d'água, fermentador, administrador de campo, cabo de caldeira, pedreiro, eletricitista, professora, caldeireiro, serralheiro turbinas, destilador, balanceiro, médica, vigilante, cabo de esteira, bombeiro, escritório, chefe de fabricação CBO, apontador, advogada, assistente social, administrador de campo, numerador, agrônomo, ass. jurídico administrativo, faturista e outros. Assim como no engenho, a divisão espacial da usina era organizada de acordo com as hierarquias sociais.

Isso fica ainda mais perceptível nas falas dos ex-funcionários, constantes abaixo, interlocutores locais fundamentais para esta pesquisa, tendo em vista a escassez de referencial teórico escrito. O técnico agrícola J., aposentado pela UFPB, ao falar sobre uma ex-funcionária da usina, diz: “Dona E., esposa de um enfermeiro lá da usina, que morava em uma casa da vila de cima, isto porque que a usina era dividida em vilas, e essas vilas era dividida por categorias. Então ela morava na vila rica, portanto quem morava na vila rica era considerado(a) funcionário(a) de alto padrão.”

Em relação ao trabalho no período da usina Santa Maria, um ex-carregador de caminhão da usina com o qual foi mantido contato durante a pesquisa, Sr. Z., com 64 anos de idade, conta que trabalhava enchendo os caminhões com cana-de-açúcar e quando questionado sobre folgas, afirmou que,

Tomava banho de noite pra dormir e quando pensava que não, o carro vinha, nós acordávamos e íamos encher... Quando era de madrugada tomava outro banho que o patrão chegava de novo, pra encher. Era três carro, não parava não. Trabalhava os sete dias (Z, assentado, 64 anos, casado).

A assentada J. relata como era o dia de trabalho dos seus irmãos, que trabalhavam enchendo o caminhão de cana para a usina:

Meio-dia os coitados chegavam pra almoçar. Mal eles começavam a comer, já estavam buzinando aqui embaixo. Deixavam comer e desciam correndo, tinha que descer. Pra encher de novo. Por várias vezes eu ví eles deixando a comida, né, no prato. Primeira colherada que botavam na boca, o caminhão: Pibi! Até aqui embaixo, deixava lá e descia na carreira. Tem que voltar ao trabalho. Complicado (J., 36 anos, casada).

Essas falas nos mostram que o trabalho na usina é “sujeito”¹⁰, em que se deve ir ao trabalho toda hora em que for solicitado. Afrânio analisou que a sujeição do período dos engenhos, continuou a existir no período de dominação da usina: “as usinas se desenvolveram com equipamentos e técnicas agrícolas e industriais mais modernas, mas apoiadas na mesma relação social da morada, do trabalho sujeito. Rigorosamente os usineiros se desenvolveram como senhores-de-engenho mais fortes” (GARCIA JR., 1990, p. 214). A relação de dominação personalizada dos senhores-de-engenho, como o pai generoso e que pune, também estava presente no período da usina e permanece viva na memória de nossos interlocutores.

Em relação às condições de trabalho dentro das usinas de açúcar nordestinas, podemos lembrar o antropólogo José Sérgio Leite, que pesquisou os operários de determinada usina no interior do estado de Pernambuco na década de 1970, publicado na obra *O vapor do diabo*. O próprio título, que surgiu com a fala de um ex-cabo de turbina que ao ver uma usina pela primeira vez afirmou que lá quem trabalhava não era gente, era diabo, já nos conduz para uma reflexão sobre as difíceis condições e contradições dos operários do açúcar.

Outro aspecto que chama a atenção em relação ao trabalho nas usinas nordestinas é a utilização da mão de obra infantil. Na obra *O açúcar e a fome* de

¹⁰ Indivíduo subordinado a um superior.

Robert Linhart esse aspecto é levantado pela fala de um sindicalista que relata as condições dos trabalhadores do açúcar.

Veem-se crianças de doze anos ou menos sair para cortar cana. Muitas crianças ficam mutiladas durante este trabalho, cortes nas mãos, dedos decepados. E eles nada podem fazer na justiça, porque as crianças de menos de treze anos não tem o direito de trabalhar (LINHART, 1981, p. 22).

No caso da usina Santa Maria, este aspecto também foi observado por Garcia Jr., quando afirma que o “fato também que nos chamou a atenção foi o uso constante e numeroso do trabalho feminino e infantil, cuja remuneração era inferior à dos homens adultos” (GARCIA JR., 1990, p. 220). O fato também é encontrado na documentação referente aos registros de empregados da usina, como identifica a figura 17, nos anexos.

A ficha evidencia que o trabalho no corte da cana-de-açúcar também era realizado por crianças, com onze anos neste caso. Outro exemplo é o senhor S., ex-trabalhador da usina, informou que iniciou no corte da cana com doze anos e permaneceu nesta função durante anos, até o dia que começou a enfrentar problemas de saúde e chegou a perder os movimentos dos membros inferiores temporariamente.

2.4 Período de declínio das usinas

Desde o período da colonização, a relação entre campesinato e grande plantação canavieira tem sido constitutiva do espaço agrário nos estados de Pernambuco e Paraíba (GARCIA JR., 1983; HEREDIA, 1979). Essa relação tem exercido algumas funções importantes no processo de acumulação do capital açucareiro. A produção camponesa complementa o abastecimento alimentar dos engenhos de açúcar e contribui para a formação do contingente de trabalhadores para o cultivo da cana. Além disso, as terras das pequenas propriedades constituem uma área de reserva para a expansão da lavoura canavieira nos momentos de crescimento da demanda por açúcar (WANDERLEY, 1979). Moreira e Targino (1997) e Garcia Jr. (1989, p. 67) enfatizam que o Brejo

Paraibano combinou historicamente a produção de alimentos com culturas comerciais, tais como algodão, café, agave e cana-de-açúcar. Essa coexistência pode ser compreendida através das classificações terra de agricultura e terra de engenho ou terra de cana.

Referente ao presente ou ao passado, a expressão terra de agricultura marca sempre o espaço em que são reproduzidas as condições sociais dos cultivos realizados por grupos domésticos de pequenos produtores. A exclusão da cana e do agave da categoria agricultura está diretamente relacionada à exclusão dos pequenos produtores destes cultivos. (...) Terra de engenho, ou simplesmente engenho, marca, ao contrário, áreas onde os cultivos são feitos por trabalhadores submetidos pessoalmente ao proprietário das terras onde residem e trabalham comumente designados por moradores, palco privilegiado da sujeição (GARCIA JR., 1989, p. 24-5).

A categoria “morador”¹¹ foi a que predominou após o período da escravidão nas grandes propriedades e representou, historicamente, a constituição de um campesinato gestado em um processo de conflitos de interesses com os movimentos e as transformações dos grandes proprietários (GARCIA JR. 1989; MOREIRA; TARGINO, 1997). A produção de cana-de-açúcar no Estado da Paraíba teve um impulso significativo com o Proálcool, na década de 1970. Este programa redefiniu a região canavieira do Estado da Paraíba, seja pela incorporação de novos municípios, seja pela expansão da fronteira canavieira nos municípios tradicionalmente produtores de cana.

No início do Proálcool, em 1975, a produção da cana estava restrita a 15 municípios e se expandiu para 38 na década de 1980 (MOREIRA; TARGINO, 1997). A expansão da cana também se verifica com a ampliação do setor industrial. Até a implantação do Proálcool, a Paraíba contava com sete usinas de açúcar, algumas dezenas de engenhos e três destilarias de álcool. De 1975 a 1985, dez novas destilarias foram implantadas e as preexistentes foram ampliadas (MOREIRA; TARGINO, 1997). O avanço da cana provocou a expulsão e expropriação de moradores, parceiros e foreiros tanto nas áreas tradicionais produtoras de cana como naquelas que foram por elas incorporadas durante o Proálcool (MOREIRA; TARGINO, 1997).

¹¹ Famílias ou pessoas sós que residiam nas terras dos engenhos ou usinas em troca de trabalho.

No momento da implementação do Proálcool, a região do Brejo da Paraíba contava com duas usinas de açúcar: a Usina Tanques, no Município de Alagoa Grande, construída ainda nas primeiras décadas do século XX, usina esta que funcionou a todo vapor por mais de meio século, moendo cana, fabricando e refinando açúcar, até que na década de 1990 parou de funcionar; e a Usina Santa Maria, no Município de Areia. A Usina Santa Maria começou a moer em 1932, e só muito mais tarde, em 1978, foi criada a destilaria anexa de álcool, com recursos do Proálcool. A sua capacidade era de 6,3 milhões de litros de álcool, a menor capacidade dentre as destilarias implantadas na Paraíba.

A usina possuía terras nos municípios de Pilões e Areia que somavam 3.452ha, segundo o cadastro de terras do INCRA. Como as terras da Usina Santa Maria já se encontravam totalmente ocupadas por canaviais, a instalação da destilaria anexa criou uma nova demanda por cana-de-açúcar, que levou o proprietário a arrendar vários engenhos da região, incorporando novas terras para o suprimento de matéria-prima para o complexo Usina/Destilaria. Para tanto, valeu-se de generosos incentivos fiscais e créditos subsidiados.

Assim, vários engenhos antigos foram arrendados a partir de 1975 e outros deixaram totalmente de funcionar, tendo os proprietários se transformado em simples fornecedores de cana para a usina. Na safra de 1974/75, além da cana própria, a Usina Santa Maria contava com 220 fornecedores que entregavam cerca de 39 milhões de toneladas; já no ano seguinte, com o início do Proálcool, o número de fornecedores aumentou para 309 e o total de cana por eles entregue era de 80,8 milhões de toneladas. Por sua vez, na safra de 1980/85 o número de fornecedores atingiu a cifra de 325 e a cana fornecida atingiu 277 milhões de toneladas, com um crescimento de 610% em relação a 1974/75 (ARAGÃO; PAKMAN, 1991; ARAGÃO, 1993; SILVA, 2002).

Levas de trabalhadores rurais expulsas dos engenhos e fazendas transformaram-se em trabalhadores assalariados das plantações de cana ou em desempregados e passaram a compor a paisagem dos pequenos municípios, localizando-se nas famosas “pontas de rua” em condições de moradia bastante precárias. E aos moradores dos engenhos, que ficaram nas terras adquiridas ou arrendadas pelas Usinas, não foram mais permitidos cultivos próprios de qualquer natureza (SILVA, 2002).

A relação entre o campesinato e a *plantation* canavieira se renova a cada ciclo de expansão do capital açucareiro. Apenas para ficar nos movimentos mais recentes, tem-se que, durante a vigência do Proálcool, o domínio canavieiro expandiu-se sobre as áreas da pequena produção rural situada na Zona da Mata e no Agreste, gerando numerosos conflitos pela posse e uso da terra. Houve redução da área cultivada com lavouras alimentares: a sua retração foi registrada de forma intensa entre 1975 e 1985, em toda região canavieira, particularmente no Nordeste.

A segunda metade dos anos 1980 e o início da década de 1990 caracterizam-se pela chamada “crise” do setor canavieiro paraibano, expressando-se na queda brusca da área colhida com cana-de-açúcar (de 178 mil hectares em 1986 para 92 mil hectares em 1993) e no endividamento das usinas (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 120-12; TARGINO; MOREIRA, 2009). Várias usinas faliram, como a Usina Santa Maria em Areia, a Tanques em Alagoa Grande, a Santa Helena em Sapé, a Santa Rita e a Santana, no Município de Santa Rita. Segundo relatório do Banco do Brasil, em 1994, entre seus maiores devedores, a Usina Santa Maria ocupava o 16º lugar, com R\$ 24,7 milhões. Além da dívida de crédito de investimento e custeio, a Usina Santa Maria devia 5 milhões de dólares de créditos trabalhistas. Esse valor era superior ao valor das suas 12 propriedades (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 126).

Em 1991, foi decretada a sua falência; logo em seguida seu controle passou para a empresa Agroenge (Agropecuária e Engenharia S/A), pertencente a um grupo empresarial do Distrito Federal, que obteve a suspensão da falência na justiça e realizou um novo financiamento com o Banco do Brasil, visando o soerguimento da Usina. Assim, em outubro de 1992, a antiga Usina reabriu com o nome de Usiagro (Usina e Agropecuária Ltda.), tendo ainda produzido açúcar e álcool por mais dois anos. Depois disso, voltou a fechar. O grupo empresarial se retirou sem ter conseguido soerguer a empresa (MOREIRA; TARGINO, 1997, p.122).

O fechamento das usinas do Brejo Paraibano resultou numa crise do mercado de trabalho local, com sérias consequências para o desenvolvimento territorial. O excedente de mão de obra provocou o aumento do fenômeno da migração temporária para outras regiões canavieiras do Nordeste. Assim, a

falência das usinas representa um enorme prejuízo: uma perda em investimentos produtivos privados e públicos, uma crise econômica para toda a região e o desemprego em massa. Estes fatos precisam ser incluídos na avaliação geral que se faz do agronegócio canavieiro no Brasil, assim como na avaliação do papel do Estado e das políticas públicas em relação ao setor agropecuário.

O que chama a atenção, no caso da falência das usinas, é que não houve iniciativas oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário para apurar as responsabilidades no caso da falência de projetos financiados. A repercussão na mídia e na sociedade civil local, denota a percepção do problema como um “fato natural”, ou seja, como um fato econômico da alçada privada dos donos da usina. Mas a falência em si de um empreendimento custeado com recursos públicos não provoca reações de protesto, nem um esforço para cobrar a responsabilidade dos que estavam à frente dos projetos. Isso demonstra o quanto a sociedade assimilou a ideologia liberal e neoliberal de que os empreendimentos econômicos, mesmo quando financiados com dinheiro público e mesmo que interfiram na vida de dezenas de milhares de pessoas, de cujo empreendimento dependem para viver, continuam sendo questão da esfera privada, não cabendo aos órgãos públicos ou às comunidades atingidas qualquer cobrança ou reclamação. Uma vez decretada a falência da usina, a comunidade deve procurar arranjar-se como puder.

2.5 Produção de cachaça no Brejo Paraibano

Os engenhos do Brejo Paraibano surgiram no século XVIII, ainda no período colonial. As técnicas de produção existentes nos engenhos são procedentes do saber-fazer que remontam a época da colonização e perduram até os dias atuais, que mesmo com as modificações, ainda guardam resquícios originais. Essa permanência se deu pelas fortes raízes profundamente cravadas no território do Brejo. A importância dos engenhos extrapola os ganhos econômicos e tem forte influência na cultura, nos costumes, no modo de vida, na política, nos valores e também na paisagem local (DANTAS, 2003a). A produção

artesanal dos derivados de cana-de-açúcar (cachaça e rapadura) apresenta-se como a maior vocação da microrregião do Brejo Paraibano, consolidada a mais de dois séculos (DANTAS, 2006).

A produção de cachaça permanece conservando os hábitos, costumes e tradições seculares, mesmo com o aparecimento de alternativas para grandes mudanças, a tradição produtiva vem persistindo por quase dois séculos e meio (XAVIER, 2011). Entretanto, pode-se observar a presença de inovações referentes ao processo produtivo da cachaça, de forma isolada, por alguns produtores que observaram a necessidade do mercado consumidor por um produto natural, mas com qualidade (DANTAS, 2003b).

A cachaça vem passando por um processo de revalorização na Paraíba, onde novas representações estão sendo construídas e, assim, fazendo com que ela seja percebida como bebida tradicional. Esse processo tem relação com o reconhecimento da cachaça como bebida genuinamente brasileira, que implica valores culturais, históricos e de plantio, que a diferencia de outros destilados. A partir daí, a cachaça vem adquirindo uma nova roupagem, o novo conceito sobre o seu consumo influencia na produção, diferenciada por padrões de qualidade que garantem a pureza e a tornam própria para consumo. Os agentes institucionais têm papel fundamental na adequação dos produtores a novas necessidades, melhorando os maquinários, preocupando-se com o engarrafamento e com o espaço de produção, para assim, agregar valor à cachaça (CAVALCANTE, 2013).

A obtenção do selo de indicação geográfica também se faz importante nesse processo de revalorização do território, uma vez que resgata as formas tradicionais de produção, a cultura, agregando valor e auxiliando no desenvolvimento rural e de estratégias de posicionamento em mercados domésticos e internacionais (MASCARENHAS; WILKINSON, 2014).

Valorizar a cachaça paraibana é também contribuir para o processo histórico da região, resgatando a cultura, agregando valor à produção e à comunidade. Um exemplo do processo de valorização da cachaça na Paraíba foi o projeto de Lei Estadual 1.662/2010, que considera a cachaça um patrimônio

cultural e imaterial do estado da Paraíba, de autoria do ex-deputado estadual Carlos Batinga, com a intenção de preservar a qualidade do produto que faz parte dos principais bens que identificam a cultura paraibana.

Outro movimento em prol da valorização da cachaça foi a proposta apresentada durante a abertura do I Simpósio de Tecnologia e Gastronomia da Cachaça, realizado em dezembro de 2014 e organizado pela comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba, que solicita aos parlamentares a elaboração de um Projeto de Lei que torna a cachaça um patrimônio cultural e gastronômico paraibano. A justificativa para o movimento é que a Paraíba é um dos principais estados produtores de cachaça do país, movimentando a economia, gerando emprego e renda em diversos municípios do estado, principalmente aqueles situados na microrregião do Brejo Paraibano.

Como em todo o Brasil, também no Brejo Paraibano, a cachaça tinha uma imagem negativa perante a sociedade, tida como a bebida do homem pobre, ladino e crioulo, mas com o passar do tempo, com algumas estratégias e características exaltadas no produto, aconteceu uma mudança nessa representação, tornando-se uma bebida com valor cultural. Antes rotulada por ser consumida pelos menos favorecidos, hoje acontece um processo de ressignificação, onde as classes mais abastadas passam a se apropriar da prática cultural do consumo da cachaça (CAVALCANTE, 2013). O refinamento que as práticas de qualidade deram à cachaça foram símbolo primordial dessa nova fase em que ela se torna presente em todas as classes sociais, em todas as regiões do país, conquistando o paladar do consumidor que a bebe ou aprecia seus sabores gastronomicamente.

Seguindo o processo de valorização da cachaça, no ano de 2010, a revista *Veja* em sua edição n.º 2.152, reconheceu três cachaças paraibanas entre as cinco melhores do Brasil na categoria não envelhecida (branca). No ranking definido por especialistas, as cachaças das marcas Volúpia e Serra Limpa dividiram o primeiro lugar e a cachaça Serra Preta ficou com a quarta colocação (VEJA, 2010). Duas dessas cachaças são produzidas na região do Brejo Paraibano, a Volúpia, na cidade de Alagoa Grande e a Serra Preta, na cidade de Alagoa Nova, afirmando mais uma vez o potencial da região.

2.6 Cachaça Volúpia: tradição que segue

A Cachaça Volúpia é um exemplo de destaque no cenário nacional da cachaça, como visto anteriormente, obtendo os melhores lugares nos rankings dos concursos de cachaça que participa, escolhida por conceituados especialistas como uma das melhores do país. No ranking elaborado pela revista Playboy, a cachaça se destacou entre as 20 melhores do Brasil nos anos de 2003, 2007 e 2009. Também por três vezes foi premiada no Brazilian Meeting Chemistry of Food and Beverage, realizado pela USP de São Carlos (CACHAÇA VOLÚPIA, 2015).

No banco de dados da Receita Estadual da Paraíba existem vinte empresas registradas como fabricantes de aguardente de cana-de-açúcar, conforme ilustrado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Quadro dos Produtores Registrados de Aguardente de Cana-de-açúcar da Microrregião do Brejo Paraibano

	Nome Empresarial	Nome Fantasia	Município
1	AGROINDUSTRIA ENGENHO GREGORIO DE BAIXO LTDA – ME	ENGENHO GREGORIO	ALAGOA GRANDE
2	AGRO INDUSTRIAL GUIMARAES LTDA - ME		ALAGOA GRANDE
3	AGRO INDUSTRIAL LAGOA VERDE LTDA – EPP	CACHAÇA VOLÚPIA	ALAGOA GRANDE
4	ENGENHO INDUSTRIAL SANTA VITORIA LTDA – EPP	CACHACA BUTIJA	ALAGOA NOVA
5	AGRO INDUSTRIAL LIRA LTDA – ME	SERRA PRETA LTDA	ALAGOA NOVA
6	AGRO INDUSTRIAL MACAIBA LTDA - ME	CACHAÇA CARANGUEJO	ALAGOA NOVA

7	AGRO INDUSTRIA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA		AREIA
8	ANTONIO AUGUSTO MONTEIRO BARACHO – EPP	CACHACA TRIUNFO	AREIA
9	AGROINDUSTRIA LADEIRA VERMELHA LTDA	AGROINDUSTRIA LADEIRA VERMELHA	AREIA
10	ANA RITA P. M. CABRAL – ME	CACHACA BRUXAXA	AREIA
11	AGROINDUSTRIA FABRICACAO DECACHACA ENGENHO BELA VISTA LTDA – ME	SERRA DE AREIA	AREIA
12	AGRO INDUSTRIAL BUJARI AGUARDENTE LTDA – ME	CACHACA BUJARI	AREIA
13	VITORIA AGROINDUSTRIAL LTDA. - ME	CACHACA VITORIA	AREIA
14	DONATO FEITOSA – ME	CACHAÇA IPUEIRA	AREIA
15	CACHACARIA MATUTA LTDA – ME	CACHACA MATUTA	AREIA
16	CACHACA CASCAVEL LTDA – ME	CACHACA CASCAVEL	BANANEIRAS
17	M BEZERRA CAVALCANTI & CIA LTDA – EPP	AGUARDENTE RAINHA	BANANEIRAS
18	JOSE REGIS BEZERRA – ME	ENGENHO ARVAZEADO DE BAIXO	PILÕES
19	ENGENHO NOSSA SENHORA DA PENHA LTDA – ME	OLIVEIRA AGROPECUARIA	PILÕES
20	AGROINDUSTRIA LADEIRA VERMELHA LTDA	AGROINDUSTRIA LADEIRA VERMELHA	SERRARIA

Fonte: ANDRADE (2016)

Segundo dados informais, existem no Brejo mais de sessenta engenhos produtores de cachaça ou aguardente de cana-de-açúcar, mas muitos produtores não registram suas unidades por conta da alta tributação existente no setor. Outros produtores desistem de produzir pelas dificuldades de manter a produtividade.

Em pesquisa, Dantas (2003b) percebeu que para auxiliar no desenvolvimento da principal atividade econômica da região do Brejo Paraibano, foi fundada no período estudado a Associação dos Produtores de Cachaça e Rapadura de Qualidade (ASPARQ), a partir da necessidade de representação dos produtores da região, visando o fortalecimento e crescimento do setor. Já no Estado, os produtores de cachaça são representados pela Associação Paraibana dos Engenhos de Cana-de-Açúcar (ASPECA).

Por sua vez, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) realizou um diagnóstico nacional com o levantamento dos produtos com potencial para o registro de IG, e a cachaça ficou entre os cinco produtos paraibanos listados, destacada, principalmente, por sua importância social, cultural e econômica para a região (MAPA, 2015). Mais uma vez é possível perceber a relevância da cachaça do Brejo Paraibano, tanto na região quanto a nível nacional e a importância de protegê-la por meio da indicação geográfica.

2.7 Cachaça Serra Preta: no mercado há cinco gerações

A cachaça Serra Preta está no mercado desde 1908, tendo recebido este nome devido a uma serra localizada dentro da fazenda, cuja cor do solo é preta devido ao tipo peculiar de matéria orgânica presente no mesmo. A cachaça é fabricada até hoje seguindo os mesmos moldes de antigamente no tocante à plantação, colheita, fermentação e destilação. A Cachaça Serra Preta é fabricada e engarrafada nos Engenhos Novo e Beatriz, localizados a 6km da cidade de Alagoa Nova-PB, a 32km da cidade de Campina Grande-PB e a 152km da capital do estado, João Pessoa.

A cachaça Serra Preta, pode ser considerada uma cachaça orgânica, pois desde o plantio feito de forma manual e mecanizada até o engarrafamento, não se usa nenhum produto químico, aproveitando apenas os recursos naturais. É uma cachaça artesanal, sendo produzida em alambiques de cobre segundo processo artesanal para fabrico de um produto muito apreciado e de reconhecida qualidade (BARBOSA, 2014).

Apesar de a cachaça ter o nome de Serra Preta, o processo de fabricação da mesma acontece em terras dos engenhos Novo e Beatriz, de propriedade dos senhores João Lira e Olavo Lira. O processo de fabricação obedece aos seguintes requisitos:

COLHEITA

A cana-de-açúcar é cortada, quando ela atinge o grau de maturação ideal, após 12 meses. A cana é adubada com esterco e bagaço de cana e com vinhoto¹², proveniente da destilação. A colheita é feita manualmente, sem a tradicional queima, para que não haja prejuízo na qualidade final do produto. Nesta etapa é imprescindível um produto de boa qualidade para que não aconteça contaminação no processo final de destilação. Salientando que para que a cachaça tenha boa qualidade se faz necessário que a cana-de-açúcar esteja crua, ou seja, sem queimar.

MOAGEM

Após a colheita, a cana é transportada para a moenda, onde antes de moer é lavada. A moenda é constituída em um terno de moenda, por motor elétrico, onde é feita a moagem da cana, cujo caldo é transportado por gravidade para o setor de fermentação, o qual passa por filtros, peneiras e decantadores para retirar as impurezas presentes na garapa.

FERMENTAÇÃO

A fermentação da cachaça, popularmente conhecida como “pé de cuba”¹³, é o processo de transformar a mistura do caldo de cana e água (em

¹² O vinhoto (também conhecido como vinhaça, restilo, calda ou garapão), é um subproduto da fabricação do álcool, gerado após a fermentação do mosto e destilação. É um líquido de cor marrom e apresenta um forte odor.

¹³ Pé de Cuba é uma pequena quantidade de mosto que se põe a fermentar à parte, para que possa funcionar como sementeira de leveduras. Depois do crescimento inicial, o Pé de Cuba pode ser adicionado ao restante mosto facilitando o normal decorrer da fermentação.

casos excepcionais), chamado de mosto, em um vinho de cana com baixo teor alcoólico. Esse fermentado é depois aquecido e condensado em equipamento de destilação.

A fermentação é feita a partir do fermento natural, que é produzido com o próprio caldo da cana e colmos de cana prensados. Nesta etapa é onde ocorre a transformação da sacarose em álcool etílico e gás carbônico, o que ocorre no período de 18 a 24 horas, pela ação de leveduras. A fermentação é feita em cubas de aço inoxidável.

DESTILAÇÃO

Após a fermentação, a garapa é transportada para alambiques de cobre batido, aquecidos a uma temperatura de 90° C, com o próprio bagaço da cana, proveniente da moagem, para que haja a evaporação do álcool, este vapor passa por um sistema de resfriamento, onde é condensado e volta a ser líquido, a cachaça. Nesta etapa é feito o fracionamento da cachaça, separando a cabeça, o coração e a cauda, este fracionamento é feito da seguinte forma: retira-se 10% do volume inicial da destilação, que é a “cabeça”; em seguida têm-se os 80% que são denominados “coração”, parte nobre da cachaça; e os 10% finais do processo de destilação são denominados de “cauda”. Esta separação é feita medindo-se o teor alcoólico. A cabeça e a cauda são descartadas, só se armazena o coração para posterior engarrafamento.

ARMAZENAMENTO

A parte nobre da cachaça, denominada de coração, é armazenada em pipas, com volumes que variam de 10.000 a 20.000 litros, feitas de madeiras nobres, por onde permanecem por um período mínimo de 12 meses, para que haja o amaciamento da mesma.

2.8 Cachaça Triunfo: turismo entrelaçado com a história local

A história do Brejo Paraibano se funde com a história do ciclo da cana-de-açúcar no Brasil colonial, nos séculos XVI e XVII tendo o cultivo da cana-de-açúcar como um dos principais agentes do desenvolvimento do Brejo Paraibano.

O engenho Triunfo não é um daqueles engenhos centenários de casario em estilo colonial, pelo contrário, a edificação é dona de padrões arquitetônicos característicos dos dias atuais. No ano de 1994, após receber uma propriedade de herança, o casal Antônio Augusto e Maria Júlia decidiram investir na produção de cachaça, sonho antigo de Antônio Augusto.

Com o dinheiro da venda da propriedade, Antônio conseguiu comprar uma pequena moenda e um alambique, dando início à fabricação da cachaça. Segundo relatos de Maria Júlia, eles não tinham nenhuma experiência com a fabricação de cachaça, o que tornou o começo muito difícil, e com uma fabricação de pouca qualidade e gosto duvidoso. Ao surgir o evento chamado de Bregareia, Antônio Augusto, teve a oportunidade de fazer um curso de cachaça com um renomado professor.

Houve a preocupação em comprar máquinas, no entanto, devido ao alto custo do maquinário necessário, Antônio Augusto, inventava as máquinas: o moinho de carne de sua mãe transformou-se em máquina de tampar, a peça de bico de porco beber água em pocilgas virou envasadora, a centrífuga de sua irmã tornou-se máquina de polir garrafas, o pote de doce de sua mãe transformou-se em um lindo filtro de cachaça, a mesa de um frigorífico, que nunca funcionou, adequou-se a uma máquina de esterilizar garrafas.

Todas essas dificuldades enfrentadas foram válidas. Atualmente, a Cachaça Triunfo é considerada umas das melhores da Paraíba, e o seu Engenho recebe grupos interessados em conhecer a história do produto, vendendo em média 258 mil garrafas por mês.

O Engenho Triunfo teve seu espaço planejado para oferecer uma estrutura adequada à visitação, possibilitando que todas as etapas do processo de fabricação da cachaça sejam apresentadas aos turistas. Cerca de 1.500 visitantes de todo o Brasil e do exterior visitam o local mensalmente. As pessoas podem conferir de perto todo o processo de fabricação da cachaça, conhecer a

lojinha dos produtos Triunfo, degustar a cachaça e os sorvetes de frutas tropicais com leve toque da cachaça, além de apreciar as belezas do lugar.

A cachaça se notabilizou pelo uso de garrafas de material plástico e com rótulo personalizado com uma foto da cidade de Areia-PB, baseada no quadro de João Carlos, amigo do casal. No dia 02 de julho de 2001, Maria Júlia, que havia largado um de seus empregos, começou a vender a cachaça produzida em seu engenho pessoalmente. Mesmo desacreditada pelos lugares onde passava, ela persistiu, deixava alguns pacotes e voltava com 15 dias para conferir o resultado das vendas. Essa ação de vendas viria finalmente colocar a Triunfo no mapa da Cachaça.

Ainda no ano de 2001, segundo a proprietária, passaram a vender de bar em bar, mas houve resistência dos donos de bar que não estavam acostumados a vender cachaça engarrafada, apenas vendiam a chamada “brejeira” e que não tinha os cuidados que a cachaça apresenta atualmente. Esse discurso da representação da cachaça como temos hoje, passou por um processo de aceitação dos comerciantes e dos consumidores. Nesse contexto, os proprietários da cachaça Triunfo começaram a deixar garrafas, de 300 ml cada, a título de experiência, retornando caso não houvesse procura. O empreendimento deu certo, pois gradativamente as pessoas começaram a consumir e a procurar, isso segundo o relato da proprietária. Investiram mais no engenho e aumentaram a produção:

Compramos novos alambiques, novas moendas... e hoje vendemos mais que cento e cinquenta mil garrafas por mês e ainda não damos conta do mercado ... os pedidos são bem maiores, inclusive para exportação... Contamos com 76 empregos diretos e mais de duzentos empregos indiretos (História de Engenho Triunfo redigida pela proprietária).

Os Sítios Simbólicos (ZAQUAL, 2006) são locais de pertencimento que moldam comportamentos e influenciam nas decisões econômicas. Areia tem essas características que formam a identidade da região com a história ligada à produção de cana-de-açúcar e seus derivados. Os proprietários do Engenho Triunfo, tanto são influenciados, por terem uma identidade local, uma fonte de enraizamento, são atores sociais que pertencem ao sítio em

questão, como eles se apropriam da história local para o desenvolvimento da produção de cachaça. Dessa forma, aproveitam o momento de mudança na construção da cachaça, que passa a ser valorizada, já que o Engenho Triunfo surge no ano de 1994:

A cachaça Triunfo, já nasceu com uma nova roupagem. Iniciamos em 1994, mesmo ano que ocorreu a normatização da cachaça, ou seja, estabeleceram leis para o fabrico da cachaça, e esta deixou de ser bebida de pobre e passou a ser bebida de brasileiro. Inovamos tecnologicamente, com o novo sabor da cachaça, mais suave, como também no tamanho da garrafa (300ml). (Entrevista com a proprietária do Engenho Triunfo).

Os proprietários utilizam uma representação do sonho deles em fazer cachaça e a imagem da cidade em seu rótulo, ligando a cachaça ao patrimônio, ao tradicional e a cidade de Areia. “Assim, os sítios constituem o cadinho da identidade para as pessoas; são *comunidades de sentido*, sistemas de pertencimento, [...] O sítio é, afinal, um *marcador invisível* da realidade” (ZAOAUL, 2006, p. 34). O patrimônio cultural se constitui em um fator importante na formação dos Sítios Simbólicos de Pertencimento,

Percursos e código de seleção são intimamente ligados nos processos de produção dos sítios. Aí, a análise econômica não tem o direito nem a legitimidade científica de ser amnésica, já que não há saber sem história. A própria performance dos sistemas e das organizações econômicas depende disso, como indica a relevância hoje atribuída à história, à cultura organizacional e aos patrimônios em geral (ZAOUAL, 2006, p. 37-38).

De acordo com Zaoual (2003), a extrema diversidade de populações no mundo com crenças e práticas variadas, nos incita a manifestar mais modéstia no conhecimento das interações entre as culturas e o desenvolvimento. A ciência econômica situa-se no comando da civilização global. A tensão entre a ascensão da mundialização das economias, de um lado, e a volta às identidades, de outro, desempenha papel fundamental na decomposição-recomposição do pensamento do social. A modernidade liberta e aprisiona. O desenvolvimento é capitalista. É um sistema que combina o mercado, a ciência, a tecnologia e procede, de um lado, por meio de concorrência e de acumulação de riquezas, e, de outro, avança por

intermédio de um sistema de acumulação que culmina em níveis de desigualdade social.

A globalização tornou-se uma "máquina incontrolável e excludente", já que é governada por mecanismos econômicos culturalmente anônimos. Para se instituir como ciência e como prática, ela se distanciou da ética e das culturas. A lógica do crescimento econômico é incompatível com a ecologia e a preservação da diversidade das culturas. A maximização do lucro confunde-se com a do "bem-estar" da sociedade. Não há espaço para reflexão, é preciso agir como máquina, de acordo com as exigências do mercado. O fatalismo conquistou o Ocidente e o vazio de suas substâncias intelectuais e morais.

Nessa perspectiva, estratégias que minimizem tais impactos e contribuam para que o desenvolvimento local aconteça e alcance várias camadas sociais são imprescindíveis e não acontecem de forma rápida. No que concerne a cachaça e a utilização da mesma como propulsora para a construção do desenvolvimento local, os passos prosseguem ao longo dos anos e são essenciais para a sociedade in loco.

Além da representação ligada ao patrimônio histórico-cultural, visto que a foto do rótulo é uma foto da cidade de Areia, é utilizado também o artifício da trajetória seguida até o sucesso representada na frase "saborosa como um sonho". Além disso, reforça a constituição de uma identidade local, associada à região do brejo e ao município. Assim, constrói-se uma representação social relacionada ao esforço da família e a uma tradição vinculada à cidade de Areia, uma tradição criada, visto que o engenho não tem uma tradição na produção da cachaça.

As representações culturais e simbólicas são construídas, naturalizadas e materializadas em uma realidade objetiva concreta, ou seja, no espaço e em tempos específicos. O tempo e o espaço são a base das representações sociais (MOSCOVICI, 2009) nos quais o sujeito constrói e interpreta o mundo, vive nele e por ele. O espaço simbólico perpassa o espaço visível articulando sujeito e objeto. Além disso, os elementos do patrimônio cultural de um lugar se constituem em aspectos diferenciais para

o desenvolvimento de produtos e para a promoção dos empreendimentos (HARVEY, 2006).

Com a demanda crescendo, era preciso investir em infraestrutura, máquinas, mas tudo era muito caro. Com o passar do tempo, as vendas foram aumentando e novos investimentos foram feitos, dessa vez em máquinas maiores e melhores. Hoje, a Triunfo vende mais de 250 mil garrafas por mês e a demanda só cresce, inclusive para exportação. São 79 empregos diretos e mais de 1000 indiretos. “A Triunfo é uma história de amor que se transformou em uma grande empresa, sustentável e responsável” Slogan abraçado e difundido pelos donos.

A cachaça Triunfo já é fabricada, desde o início, com nova forma de fabricação que respeita os padrões estabelecidos e com rótulo e garrafas que atendem às exigências do mercado e, assim, se adaptam à nova construção da identidade da cachaça e seu modo de fazer e ser apresentada a um novo mercado. O pensamento simbólico tem um tempo próprio, um tempo do local, que levam os atores a agirem de acordo com a sua cultura, sua história, suas tradições. Isso leva a um resgate e análise da trajetória e apreensão dos intercâmbios com o exterior. A história é parte fundamental para a compreensão dos Sítios Simbólicos de Pertencimento em todas as suas vertentes (ZAOUAL, 2006).

Constrói-se uma representação do tradicional em torno da cachaça Triunfo, mesmo ela não tendo uma longa história de produção como os engenhos mais antigos da região. As representações que são construídas sobre o tradicional, sobre a cachaça e a história da região são apropriadas para a construção de um empreendimento que vende uma imagem de tradicional, mesmo com aspectos de fabricação industrial e em larga escala, com equipamentos modernos e com nova forma de produção.

Atualmente, o engenho Triunfo expande suas instalações com uma nova fábrica com o objetivo de processar apenas por seis meses e não o ano inteiro como era feito, assim, terão o mesmo estoque durante todo o ano,

mas trabalhando apenas seis meses. A proprietária do local, ao ser entrevistada, comenta sobre o sucesso da cachaça Triunfo:

Hoje, somos a Coca-Cola da Paraíba e chegamos a todos os municípios, de forma que a nossa produção, resultante do processamento de 1.500 toneladas de cana-de-açúcar por mês, só dá para o mercado interno. Quem quiser levar para outro país ou outro estado tem que vir no engenho (Engenho da cachaça Triunfo terá nova fábrica na Paraíba, 2013).

A referência que se faz quando é citada a Coca-Cola é que a cachaça Triunfo, nesse discurso, representa uma bebida tradicional e que está em todos os lugares. As representações convencionalizam, na medida em que criam modelos a serem seguidos e partilhados por grupos e são prescritivas, pois vão sedimentando através do tempo essas representações, que vão sendo normalizadas (MOSCOVICI, 2009). Atualmente, o Engenho Triunfo é um dos que lideram o mercado e se destacam na preferência do consumidor, tendo se tornado uma cachaça popular, mas que atende a todas as classes sociais.

Além disso, o engenho Triunfo é tido como referência em relação ao turismo rural no município de Areia-PB, fazendo parte de um complexo que além de proporcionar aos visitantes turistas o passeio pela história do município, a visita ao processo de produção da cachaça em todas as suas etapas, a venda de artesanato local e de cachaça produzida no engenho em suas dependências, e somando-se a tudo isso, o engenho mantém um hotel de nome Hotel Triunfo que conta com hospedagem, lazer e restaurante com comidas típicas da região saboreadas com a tradicional cachaça produzida no engenho.

Todo esse complexo turístico favorece o desenvolvimento da região e promove a geração de emprego e renda aos envolvidos no processo, que tem início desde o plantio da cana de açúcar até o produto final que atrai turistas de várias partes do país, aliado à tradição da produção da cachaça que a cada dia vem se modernizando e ganhando novos públicos consumidores.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS ALIADAS À DIVULGAÇÃO DA CACHAÇA

Os processos de inovação são necessários para aprimorar o produto e agradar os consumidores. Os principais resultados dos processos de inovação do produto estão na melhoria na qualidade do caldo da cana-de-açúcar, assim como na fermentação. Dando ênfase à melhoria no processo, afirma-se que a melhoria na separação das fases de destilação (cabeça, cauda e coração) e o acréscimo de mais filtros no processo de engarrafamento tem tido grandes resultados, obtendo maior transparência no produto final. Um grande avanço, para os produtores em estudo foi a possibilidade de obter junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a viabilidade em criar diferentes produtos, dessa forma, aumentando seu mercado consumidor.

As cachaças com diferentes tempos de envelhecimento fazem dos produtos em estudo um inovador no mercado de cachaça de qualidade. As garrafas transparentes, sem bolhas, personalizadas e referenciadas na base como produto artesanal, fazem as cachaças ser orgulho dos produtores pesquisados. Além dos rótulos personalizados conforme o envelhecimento, as tampas metálicas de rosca, também são personalizadas, uma cor para cada tempo de envelhecimento, O que agrega maior valor comercial a cada produto.

Nesse contexto de valorização das potencialidades locais, a cachaça é ressaltada como um produto tradicional e apropriada pelo turismo como um traço importante da cultura da Paraíba. A cachaça passa por um processo de mudança, partindo da década de 1990, quando há uma revalorização do destilado em um contexto nacional e que se aplica no Estado da Paraíba. Os atores locais se mobilizam em prol dessa transformação no conceito da cachaça: surgem os agentes institucionais, os empresários e a sociedade civil, que se relacionam e se articulam nessa conjuntura.

A cachaça passa a ter uma nova roupagem, um novo conceito sobre seu consumo e isso reflete na forma de produção, quando são estabelecidos padrões de qualidade que atestam sua pureza e a instituem como própria

para o consumo. As instituições dizem como ela será manuseada e só ela tem o poder de dizer como. Para que essas transformações se tornem possíveis são organizados cursos, palestras com especialistas na produção e venda da cachaça. Os agentes institucionais se articulam com a participação do empresariado, que se adequa a essa nova necessidade. Nesse sentido, os produtores fazem suas modificações, tanto na forma de produzir, se adequando com novos maquinários e se preocupando com o engarrafamento, quanto com o espaço dos engenhos. A cachaça torna-se, então, uma bebida com valor agregado.

O turismo se apropria dessa nova percepção da cachaça no Brejo Paraibano. Os engenhos e a cachaça são vendidos com o *slogan* de que a Paraíba é terra das melhores cachaças, de ‘cachaça boa’ e artesanal. Nesse contexto, os agentes da região estabelecem uma relação intrínseca entre a cachaça, o produto tradicional e de ‘boa qualidade’ e o turismo. Festas e eventos surgem relacionados à cachaça e os engenhos transformam seus espaços para atender a essa nova demanda. O espaço dos engenhos não mais se restringe à cana-de-açúcar e à produção de seus derivados, ele agora é multifuncional, com a implantação de restaurantes, ambientes arborizados, locais de degustação, trilhas ecológicas, dentre outras atividades relacionadas. Os agentes institucionais também passam a atuar no sentido de melhorar a qualidade da cachaça e de desenvolver o turismo na região.

Os engenhos escolhidos para análise deste trabalho são exemplos das transformações ocorridas no espaço do Brejo Paraibano, tanto na questão das mudanças na identidade da cachaça, quanto da apropriação desse produto e as conseqüentes modificações desses espaços pelo turismo e para o turismo. Os engenhos fazem parte do sítio simbólico de pertencimento e transformam seus espaços através do discurso institucionalmente estabelecido. Atualmente, a cachaça vem ganhando espaço entre os mais variados públicos consumidores, diferente de outrora, quando a bebida era conhecida apenas como bebida de uma classe menos favorecida e que não tinha poder aquisitivo suficiente para tomar as bebidas consideradas “bebidas de rico”.

INVESTIMENTOS EM TECNOLOGIA 4.0 NA PRODUÇÃO DA CACHAÇA DE ALAMBIQUE NA REGIÃO DO BREJO PARAIBANO

A quarta revolução industrial, tema amplamente debatido atualmente, tem-se diferenciado das anteriores de forma altamente notável. Segundo Schwab (2016), as demais revoluções foram marcadas pelas invenções, ou descobertas, de elementos chave: a primeira foi possibilitada através da construção da máquina a vapor; a segunda, pelo advento da eletricidade; e a terceira, pela computação.

Para McAfee e Brynjolfsson (2015), a quarta revolução não se caracteriza por uma tecnologia ou capacitação cognitiva específica. Desde a virada do século, a frequência do surgimento de novas tecnologias, assim como o nível de capacitação delas, é algo inédito, além de possuir um ritmo de crescimento exponencial, diferente do observado no histórico das outras revoluções. O mundo se encontra em um ponto de inflexão, onde as tecnologias digitais encontram-se em força total, manifestando-se por meio da automação e “outras coisas sem precedentes.” (MCAFEE; BRYNJOLFSSON, 2015). “Além da velocidade e da amplitude, a quarta revolução industrial é única por causa da crescente harmonização e integração de muitas descobertas e disciplinas diferentes.” (SCHWAB, 2016, p. 21).

Debatida desde 2011 na Alemanha, através do termo “Indústria 4.0”, foram atreladas, ao escopo dessa revolução, diversas áreas que vão além de sistemas ou máquinas inteligentes, abrangendo desde o sequenciamento genético até a nanotecnologia, das energias renováveis à computação quântica. A fusão dessas tecnologias e a interação entre os domínios físicos, digitais e biológicos é o que torna esta revolução fundamentalmente diferente de suas antecessoras, como é defendido por Schwab (2016).

Para Brettel et al (2014), a junção desses domínios possibilita a existência dos sistemas físico-cibernéticos, compostos por amplas redes de comunicação que interligam dispositivos, máquinas, módulos de produção e produtos. Esses

sistemas, por sua vez, se conectam à rede mundial de computadores, permitindo a coleta e troca de dados entre eles. Este conceito constitui um dos nove pilares da Indústria 4.0, mostrados na figura 50: a Internet das Coisas (IoT) ou Internet Industrial.

A automação está atrelada ao *IoT* quando se entende que este processo foi idealizado buscando-se a independência dos dispositivos e máquinas, quanto à ação humana, no ato de compartilhar, processar e armazenar os dados por eles gerados. (WEYER et al., 2015).

Estas e outras tecnologias emergentes tornam possível o desenvolvimento de diversas oportunidades traduzidas em novos produtos ou serviços (TAMÁS; ILLÉS; DOBOS, 2016). Com o surgimento dessas tecnologias, inicia-se uma nova corrida de adequação e capacitação por parte das empresas, onde o único padrão buscado é a inovação ou melhoria das características já apresentadas pelas concorrentes.

Graças à Indústria 4.0, o mercado competitivo exige às empresas um patamar cada vez mais elevado, levando a atingir-se um alto nível de eficiência operacional, produtividade e automação dos sistemas produtivos (ALMEIDA; CAVALCANTE; FETTERMANN, 2017).

De tal forma, considera-se indispensável o conhecimento e adoção de várias destas tecnologias pelas instituições, sejam elas focadas em manufatura ou serviços, que desejem se sustentar de forma competitiva no mercado, o que prolongará a manutenção das suas atividades.

INDÚSTRIA 4.0 NO SETOR SUCROALCOOLEIRO DO BREJO PARAIBANO

De acordo com Aires (2021), a tecnologia da Indústria 4.0 ocasionou impactos positivos que podem ser constatados em inúmeros setores da economia brasileira, principalmente no âmbito das indústrias bioenergéticas. Citando um especialista em Digitalização e Indústria 4.0 e coordenador técnico do SENAI, Aires destaca que, com a implementação dessa tecnologia:

O Setor Sucoenergético também evoluiu no quesito Automação Industrial, no início da década de 80 os painéis de controle pneumático foram substituídos por eletrônicos, depois por redes industriais na década de 90 e no início do século XXI, vemos as Usinas com Centro de Operações comandando toda a planta, a partir de tecnologias de Controladores Programáveis, todos conectados em redes de informação e controle. (VENTURELLI, 2015 apud AIRES, 2021, p. 18)

Essas tecnologias, parafraseando Aires (2021), estabelecem dinâmica para trocas de dados e informações. Assim, “por exemplo, dados meteorológicos, que influenciam o campo e a moagem, podem ser recebidos em tempo real, permitindo uma tomada de decisões sobre colheita e produção” (p. 19).

Esse processo estabelece redes de conexão dentro das usinas, proporcionando, segundo Aires (2021, p. 19), “a transição de informações que permitem uma maior sincronização e sinergia entre o fornecimento e a demanda, criando oportunidades de se seguir mais fielmente conceitos de redução de perdas, como o *Just in time*”.

A melhoria da eficiência na produção e na manutenção é uma das principais causas para o interesse cada vez maior dos gestores nessas novas tecnologias. Além disso, são fatores determinantes a diminuição do consumo de energia e a potencialização do setor operacional (REIS, 2020).

Segundo Aires, “a manutenção preditiva, por exemplo, depende do constante monitoramento de máquinas e equipamentos, o qual é possibilitado e otimizado pelas tecnologias digitais” (p. 19). Ao contrário da automação completa, que possui um custo elevado, a implantação desses sistemas possuem baixos custos de investimento, o que tem feito que eles sejam priorizados no momento da escolha da tecnologia a ser implantada.

A adoção dessas tecnologias vem acompanhada da necessidade de uma maior instrução técnica para os colaboradores, o que muitas vezes pode ser um obstáculo para as empresas que pretendem implantá-las. Este processo ainda é algo recente e nos engenhos pesquisados observa-se o início da implantação do

mesmo no engenho Triunfo onde se pretende aperfeiçoar a produção implantando tecnologia de ponta buscando elevar o padrão de qualidade.

3. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após a realização da pesquisa de campo, pudemos perceber uma notável evolução no processo de fabricação do produto cachaça e as novas roupagens que, sendo construídas no decorrer do tempo, vêm transformando a bebida outrora conhecida por ser consumida por classes sociais mais pobres em um produto hoje consumido também por classes sociais mais abastadas. Dessa forma, percebe-se a criação de produtos que a cada dia ganham maior visibilidade e valor agregado devido ao investimento em equipamentos, capacitações e tecnologia de ponta para que obtenham um produto com maior qualidade e que agrade a paladares cada vez mais apurado, associado a uma estratégia de marketing, propaganda e mercado de consumo.

Em visita realizada ao Museu do Brejo Paraibano, situado na Universidade Federal da Paraíba (Campus CCA - Areia-PB), pode-se observar com riqueza de detalhes o processo histórico da tradição da fabricação da cachaça e todo o universo que faz com que essa bebida carregue consigo toda uma historicidade que instiga as pessoas a conhecerem mais sobre esse universo, o que fomenta a evolução do turismo relacionado a todo o contexto histórico-cultural.

Neste ambiente a história dos tradicionais engenhos de produção de cachaça e rapadura é recontada em cada detalhe exposto. A recriação e ambientação levam os turistas que por ali passam a conhecer um pouco da história local que está entrelaçada a um contexto histórico global. Sem deixar de lado o olhar sociológico, observa-se também traços que demonstram uma realidade cruel de exploração e racismo, introjetada até pelas classes mais humildes.

A vivência de quem já experimentou a vida em um ambiente de engenho, seja ele produtor de cachaça ou rapadura sabe o quanto é penosa a labuta daqueles que fazem o produto chegar ao consumidor final que muitas vezes desconhece o ambiente no qual ele é produzido. Atualmente os espaços de moradia e a maneira de viver dos “Senhores de Engenho” tem um outro padrão socioeconômico, diferente de outrora. Observe a seguinte figura: Reprodução de cozinha de casa de Senhor de Engenho- CCA/UFPB Museu do Brejo Paraibano

Figura 1: Reprodução de cozinha de casa de Senhor de Engenho- CCA/UFPB Museu do Brejo Paraibano



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

Figura 2: Placa do Museu do Brejo Paraibano - CCA/UFPB - Areia-PB



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

No Museu do Brejo Paraibano podemos visualizar e sentir em cada ambiente um recorte temporal dos períodos a que se refere esta pesquisa, o que leva os turistas que por ali passam a querer conhecer os engenhos ali representados através de uma reconstrução histórica com riqueza de detalhes. Cada objeto ali exposto remete os visitantes ao ambiente e ao contexto da época.

Figura 3: Casa do museu do Brejo Paraibano



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

Neste espaço histórico encontramos objetos que mostram uma mistura de poder da classe produtora de cachaça, de questões de gênero visto que é marcante o espaço que naquela época as mulheres ocupavam neste cenário, e o destaque para o produto cachaça que era conhecido apenas como um produto que remetia a pessoas de classe menos favorecida economicamente, ideia que vem sendo desconstruída através de investimentos desde a produção até o marketing que é cada vez mais forte utilizando mecanismos que a cada dia valorizam a cachaça culturalmente e financeiramente.

Figura 4: Reprodução da sala da Casa Grande de um engenho no Brejo Paraibano



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

Observamos nesta imagem que para os senhores de engenho era dada muita importância aos objetos que visualmente faziam vistas as visitas por eles recebidas, dando destaque a forma de organização e disposição do mobiliário que já estava sempre à espera de visitas ilustres para reuniões.

Atualmente o ambiente arquitetônico mudou, as construções modernizaram-se, porém o poder das classes dominantes é demonstrado através de construções que ostentam o poder e riqueza dos dominantes sobre os dominados.

Figura 5: Entrada do Engenho Triunfo-Areia/PB



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

Figura 6: Entrada do Engenho Volúpia- Alagoa Grande/PB



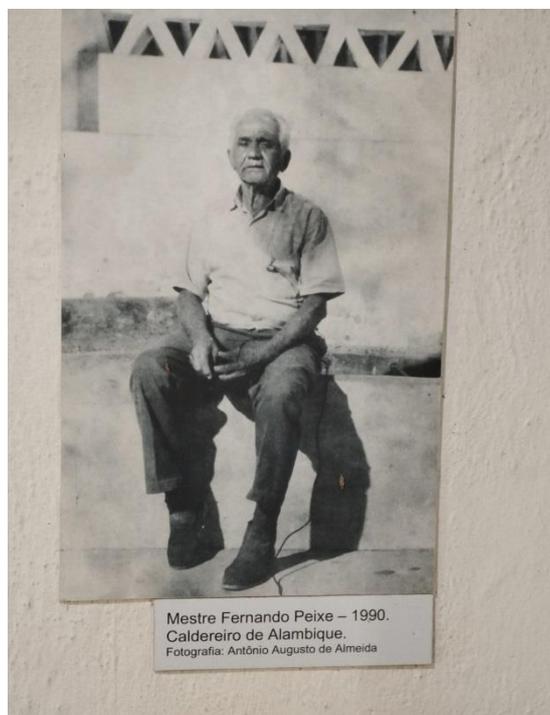
Fonte: Arquivo pessoal (19/03/2022)

Figura 8: Engenho Beatriz- Alagoa Nova/PB, onde é produzida a cachaça Serra Preta.



Fonte: Arquivo pessoal (25/03/2022)

Figura 9: Senhor Fernando peixe- Primeiro destilador de cachaça do Brejo Paraibano



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

De acordo com os atuais produtores de cachaça do município de Areia, o senhor Fernando Peixe, que aparece nesta foto, foi pioneiro em dominar as técnicas de produção de uma boa cachaça de alambique pois de acordo com eles, a cachaça que era por ele destilada era conhecida por “Não descer queimando na garganta”, isto quer dizer que a cachaça tinha um teor alcoólico baixo e que era agradável para ser consumida.

Atualmente os produtores prezam pela produção de uma cachaça que mantenha essas características de sabor agradável e menos agressivo, utilizando técnicas de produção que foram sendo aperfeiçoadas ao longo dos anos, mas para o senhor Fernando Peixe, esta era uma tarefa que era feita empiricamente visto que o mesmo nunca estudou para obter tais resultados, ele aprendeu sozinho e com a prática diária.

Figura 10: Final de moagem de engenho-Museu do Brejo Paraibano-CCA/UFPB



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

Nesta imagem pode-se fazer uma leitura sociológica do universo da produção de cachaça de alambique no passado e como era a divisão social, pois observa-se nitidamente o espaço que cada indivíduo ocupava naquele contexto. Um dos aspectos mais marcantes da imagem é a disposição das pessoas que estão neste “retrato”, como se chamava na época, e algo que apenas era

utilizado para registrar momentos importantes, tendo em vista que era um serviço de alto custo financeiro e de difícil acesso.

Vemos que nas primeiras fileiras estão os homens, com destaque ao centro do Senhor de Engenho e sua família, à direita, mais ao fundo, vemos que estão as mulheres casadas sentadas, para que não tivessem seus corpos expostos por inteiro em sinal de respeito aos seus maridos, e ao fundo à esquerda estão as “moças solteiras ou donzelas”, como eram denominadas as senhoritas da época, aspectos que expressam a sociedade patriarcal que tinha o homem como superior à mulher.

Na imagem seguinte podemos observar objetos que mostram o espaço reservado às mulheres para confeccionar tecidos, roupas, rendas, tradição que servia para demonstrar que estas senhoras ou senhoritas eram prendas e que estavam à altura de seus senhores.

Figura 11: Sala de confecção de artesanato - CCA-UFPB - Areia-PB



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

Figura 12: Cozinha da Casa Grande - CCA-UFPB - Areia-PB



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

Figura 13: Pilão utilizado para pilar café - CCA-UFPB - Areia-PB



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

Figura 14: casal de lavradores/Senhores de engenho séc. XIX



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

Nesta foto, temos o Senhor Cidrônio acompanhado de sua esposa. Este senhor possuía um pequeno engenho que fabricava rapadura no município de Areia, sendo considerado um homem muito honrado em seus negócios e que mantinha os trabalhos de seu pequeno engenho com a ajuda da sua família, que era formada, além de sua esposa, que também ajudava na labuta diária, por seus 5 filhos, dos quais não foi possível encontrar registro dos nomes.

Observamos que o perfil social dos senhores de engenho do passado era um perfil clássico, que demonstrava que eles realizavam o trabalho braçal desde o plantio da cana-de-açúcar até a etapa de moagem da mesma, e estavam diretamente envolvidos em todas as etapas de produção da cachaça ou da rapadura em seus estabelecimentos, apesar de terem alguns ajudantes, neste caso, a própria família.

No Museu do Brejo Paraibano, encontra-se também uma coleção com aproximadamente 600 garrafas de cachaças variadas, onde se pode encontrar

algumas centenárias, que marcaram época e que hoje são verdadeiras relíquias para os colecionadores e apreciadores. De acordo com a responsável pelo museu, nesta coleção, que foi doada à universidade, o valor máximo de uma garrafa de cachaça que foi vendida em leilão para custear algumas despesas com a manutenção do prédio onde a coleção se encontra foi de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

Figura15: Coleção de garrafas de cachaça - CCA-UFPB - Areia-PB



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

Figura 16: Coleção de garrafas de cachaça - CCA-UFPB - Areia-PB



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

A imagem a seguir mostra uma garrafa antiga da cachaça Volúpia, a qual é tratada nesta pesquisa, e uma garrafa de cachaça Gato Preto que, segundo a responsável pelo museu, era a cachaça que o cangaceiro Lampião tomava e a sua preferida, pois contém Zimbro, que é uma planta conhecida por auxiliar a digestão. Isso acontece, principalmente, em função de seus óleos, que regulam o processo digestivo. Eles estimulam a produção de enzimas digestivas e controlam o fluxo da bile do fígado e dos ácidos estomacais, facilitando a absorção de nutrientes.

Figura 17: Cachaça Gato Preto e Volúpia - CCA-UFPB - Areia-PB



Fonte: Arquivo pessoal (19/05/2022)

É importante ressaltar que, ao longo do tempo, o produto cachaça vem passando por constante evolução, desde o ponto de vista tecnológico até as questões relacionadas ao gosto daqueles que a consomem. Observa-se que o público consumidor vem crescendo e que o mercado continua em expansão, ganhando cada vez mais espaço não apenas na região, mas em todo estado e até fora do país.

Hoje podemos encontrar um público consumidor diferenciado do que existia há décadas atrás, como também os padrões dos produtores vêm sendo mudados, de acordo com as exigências do mercado em relação ao produto.

Figura 18: Plantação de cana-de-açúcar no município de Alagoa Nova-PB



Fonte: Arquivo pessoal (20/05/2022)

Com o impulso tecnológico e técnicas de produção cada vez mais modernizadas, hoje temos um produto que continua sendo consumido não apenas pelas classes sociais mais modestas, mas por uma elite que vem aprendendo a valorizar o produto e toda a sua história que agrega valor e tradição, o que atrai turistas e estudiosos do assunto que está adentrando em espaços tais como a academia e sendo tema de estudos e pesquisas.

Figura 19: Participação da UEPB em evento - CCA - Areia-PB



Fonte: Arquivo pessoal (20/05/2023)

Figura 20: Demonstração feita por aluno do Campus II – UEPB



Fonte: Arquivo pessoal (20/05/2023)

As imagens mostram que atualmente os estudos da produção de cachaça vêm sendo aperfeiçoados cada vez mais e que, somando-se a isso, a utilização da mecanização garante um melhor resultado.

Figura 21: Utilização de mecanização agrícola



Fonte: Arquivo pessoal (15/09/2022)

Para os produtores com os quais foram realizadas as entrevistas durante esta pesquisa, a utilização das técnicas de mecanização no plantio vem trazendo benefícios, pois isso faz com que a produção seja intensificada e que se consiga

aumentar a quantidade de produto para abastecer o mercado que está em ascensão.

A utilização de equipamentos cada vez mais sofisticados e com maior potencial para a produção de uma cachaça cada vez mais agradável também é outro fator citado por eles, que vêm investindo na aquisição destes produtos que atualmente têm uma acessibilidade maior, sendo expostos e comercializados em feiras e eventos nesta região do Brejo Paraibano.

Figura 22: Alambique exposto para comercialização em Areia-PB



Fonte: Arquivo pessoal (20/05/2023)

Figura 23: Alambique exposto para comercialização em Areia-PB



Fonte: Arquivo pessoal (20/05/2023)

Figura 24: Vista aérea dos stands do "Areia Mostra Cachaça" 2023



Fonte: Arquivo pessoal (20/05/2023)

O “Areia Mostra Cachaça” é um evento em que participam produtores de cachaça de alambique não apenas da região do Brejo, mas de diversas áreas e segmentos. Neste evento, também estão presentes entidades, representações governamentais, empresas, associações, produtores de artesanatos, que movimentam a economia criativa que está ligada ao universo etílico, que durante os três dias de evento modificam a região, visto que com a chegada de turistas de diversas partes do Brasil, todo o comércio e setor de serviços é movimentado.

Figura 25: Banner da entrada do espaço da feira "Areia Mostra Cachaça" 2023



Fonte: Arquivo pessoal (20/05/2023)

Figura 26: Feira de produtos - "Areia Mostra Cachaça" 2023



Fonte: Arquivo pessoal (20/05/2023)

Figura 26: Espaço da Associação de Turismo - "Areia Mostra Cachaça" 2023



Fonte: Arquivo pessoal (20/05/2023)

Figura 27: Stand da cachaça Triunfo - "Areia Mostra Cachaça" 2023



Fonte: Arquivo pessoal (20/05/2023)

Figura 28: Economia criativa aliada à cachaça - "Areia Mostra Cachaça" 2023



Fonte: Arquivo pessoal (20/05/2023)

Figura 29: Mesa redonda com professores e pesquisadores - "Areia Mostra Cachaça" 2023



Fonte: Arquivo pessoal (21/05/2023)

Figura 30: Mesa redonda com as confrarias da cachaça - "Areia Mostra Cachaça" 2023



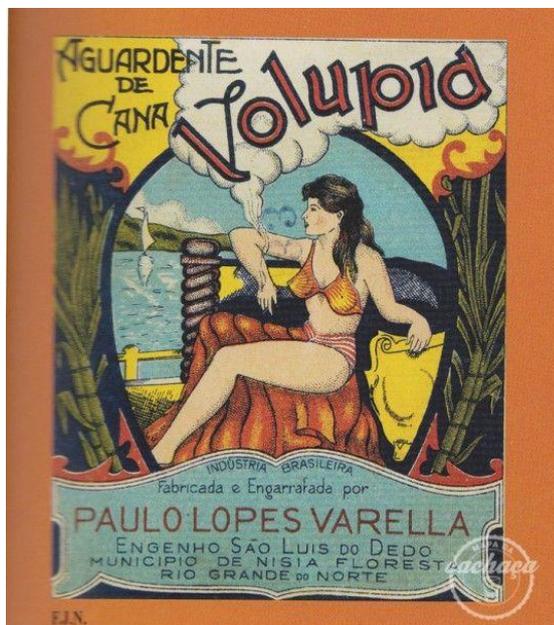
Fonte: Arquivo pessoal (21/05/2023)

Fica evidente que a valorização do aspecto tradicional bem como o investimento em mais qualidade faz com que o produto tenha mais valor agregado e, com isso, adquira novas possibilidades de comercialização e alcance novos públicos. A criação de eventos e cursos possibilita o engajamento de cada vez mais profissionais e movimenta o cenário local, de modo a intensificar a imagem de uma cultura da região do Brejo que seja intimamente ligada à cachaça. Fortalecendo a cultura, reinventando a tradição através da cachaça e contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento local.

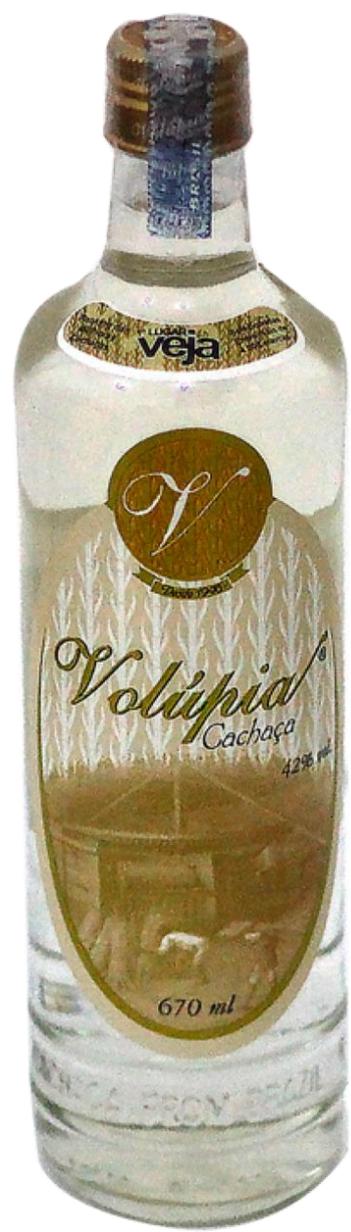
Aliado à busca pela qualidade do produto cachaça, os produtores passaram a investir na questão do turismo impulsionado pelo produto, que desperta o interesse de turistas apreciadores dos mais diversos locais do país e do exterior que procuram além do produto todo o histórico que envolve a produção do mesmo. Com esses elementos podemos dizer que a região dos engenhos pesquisados vem a cada dia crescendo em seu potencial turístico e de geração de emprego e renda impulsionados pelo produto cachaça, além de a cada dia ser crescente os investimentos em marketing utilizando desde a mudança na rotulagem das cachaças que ganham formas mais atrativas até a utilização da divulgação em todos os meios de comunicação.

EVOLUÇÃO NA ROTULAGEM DAS CACHAÇAS EM ESTUDO

CACHAÇA VOLÚPIA- ALAGOA GRANDE/PB









CACHAÇA TRIUNFO- AREIA/PB





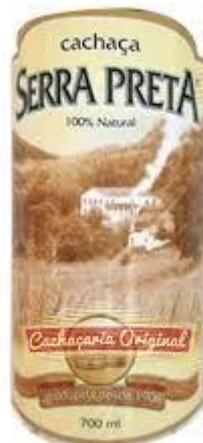




CACHAÇA SERRA PRETA-ALAGOA NOVA/PB







Tal prática é uma tendência já explorada por outras regiões ao redor do mundo que têm sua cultura ligada a algum tipo de bebida (vinho, cerveja etc.) e faz com que os produtores possam explorar o potencial de suas marcas mesmo em temporadas de baixa produtividade ou de diminuição de vendas. O turismo, embora se constitua como um fator importante para a economia e o desenvolvimento de uma região, tem também, quando realizado sem o devido planejamento, provocado inúmeros impactos negativos na vida das comunidades e ocasionado a exclusão dos moradores locais e a degradação ao meio ambiente. No Brasil, o turismo rural tem crescido, em especial no Nordeste brasileiro, com apoio do Ministério do Turismo.

No que concerne à Paraíba, é possível afirmar que embora as iniciativas ainda sejam incipientes, observa-se algumas regiões que têm despertado para essa realidade, como por exemplo os engenhos que fazem parte deste universo de estudo. Nessa perspectiva, esta pesquisa buscou analisar os principais impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais do turismo nos engenhos produtores de cachaça de alambique, que foram o Engenho Triunfo, no município de Areia-PB, o Engenho Volúpia, no município de Alagoa Grande-PB e o Engenho Serra Preta, no município de Alagoa Nova-PB, por serem estes estabelecimentos, além de produtores de aguardente, locais de exploração do turismo rural.

Dos impactos sociais observados, apenas a perda de privacidade foi relatada como negativo pelos moradores. Nesse sentido, o Sr. Damião da Silva Soares, antigo morador das proximidades do Engenho Volúpia diz:

Aqui no meio da semana até é melhor porque o movimento é pouco, mais fim de semana isso aqui é um aperreio por causa do movimento de carro grande e carro pequeno que assombra os bicho [criações de bovinos e caprinos] que a gente amarra perto da estrada”.

Isso deixa claro que devem ser elaboradas estratégias para que os impactos locais da atividade turística não sejam muito grandes, de modo que a população local não encontre dificuldades para permanecer realizando seus afazeres e mantendo um estilo de vida conforme suas tradições. Nesse sentido, ouvir o que essas pessoas têm a dizer e pensar em ações que levem em conta os seus interesses é fundamental.

Para Sen (2000), a questão deveria ser aberta às pessoas afetadas para que abordem e decidam em conjunto o que elas desejam, ao invés de se tentar tolher a liberdade de participação com o pretexto de defender valores tradicionais (como fundamentalismo religioso, o costume político ou os valores culturais). O apreço à tradição não justifica uma supressão geral da liberdade.

Dessa forma, a solução seria uma transição gradual, o que tornaria a globalização menos destrutiva para o modo de vida tradicional. A fim de suavizar o processo de transição, é preciso também oferecer novo preparo profissional, novas qualificações, e redes de segurança social, para aqueles prejudicados pelas mudanças globalizantes. Cabe à sociedade decidir o que deseja fazer para preservar os métodos de vida antigos, as pessoas participando de discussões públicas sobre o assunto e exercendo a sua cidadania de forma plena.

Os principais impactos culturais estão relacionados a investimentos na recuperação de patrimônio cultural local, incremento no desenvolvimento de atividades culturais (festejos), intercâmbio cultural, incentivo a projetos culturais e na promoção e manutenção das tradições e costumes. Esse tópico se mostrou positivo, pois, a iniciativa de TBC¹⁴ resgatou as tradições existentes na

¹⁴ O TBC, Turismo de Base Comunitária é um conceito criado para identificar essas formas de organização do turismo, nas quais predominam vivências culturais e socioambientais

comunidade rural, através de projetos e eventos que possibilitaram visibilidade e a perpetuação de costumes. No que diz respeito aos impactos econômicos, foi mencionado por alguns moradores do entorno um aumento da oferta de emprego e renda, abertura para outras atividades econômicas, incentivo ao empreendedorismo e ao pequeno agricultor e empregos temporários.

Ressalta-se que a atividade não consegue empregar todos os moradores da comunidade, mas, ainda assim, tem impactado indiretamente 70 famílias, que vendem os insumos para utilização nos restaurantes, na Casa do Doce, estabelecimento que produz e vende doces tradicionais e exóticos e outras atividades. Os principais impactos ambientais identificados estão relacionados com a poluição sonora (por veículos automotivos), poluição do ar (poeira de estrada de barro e por emissão de combustíveis fósseis), contaminação do solo por efluentes domésticos e preservação da fauna e flora.

Necessita-se, portanto, que os órgãos competentes em parceria com a comunidade e o poder público, possam buscar alternativas conciliadoras entre os moradores e as áreas de preservação para que os impactos não possam ser expandidos e afetem diretamente a biota¹⁵ existente. Nesse aspecto, observa-se que a maioria dos impactos afetam positivamente a vivência turística existente nas comunidades presentes no entorno dos ambientes dos engenhos, uma vez que têm proporcionado inclusão social para os residentes locais, têm incentivado o pequeno agricultor, têm conservado a identidade do homem do campo, preservando seus costumes, crenças, hábitos e têm buscado por melhoria na qualidade de vida para os que vivem no espaço rural.

Os impactos negativos elencados precisam de atenção especial, principalmente pelo setor público, pois eles estão ligados diretamente à falta de políticas públicas na oferta de saneamento básico, fator essencial para qualidade de vida e dignidade da pessoa humana. Esses impactos precisam ser mitigados para que as comunidades sejam beneficiadas e, posteriormente, o turismo que é realizado nessa região.

¹⁵ A palavra biota caracteriza um conjunto de organismos que habita ou habitou uma área específica do planeta terra. A palavra “biota” deriva-se do grego bios, que significa vida. Criada em 1901 por Leonhard Stejneger.

Desta forma, afirma-se que o turismo tem proporcionado desenvolvimento local, lucratividade para os proprietários dos engenhos e que tem contribuído para a preservação e conservação do meio ambiente, bem como para a reinvenção da cultura local. A realidade analisada aponta uma nova forma de fazer turismo, abandonando a forma predatória existente no “turismo de massa” e se baseando em princípios sustentáveis.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia os entrelaçamentos do patrimônio histórico e cultural com os Engenhos da Cachaça, considerado um produto resultante de diferentes estratégias criadas pela atividade turística por sua importância e significado. O patrimônio cultural é de fundamental tanto para a identidade cultural como para a memória e criatividade de um povo, neste sentido constatamos que as formas de uso do patrimônio histórico e cultural no Brejo paraibano pela atividade turística, traduzem novas mentalidades acerca do seu significado, bem como das estratégias de valorização, que se destaca no ranking de recebimentos de turistas nos últimos anos.

No Brasil, o turismo rural tem crescido, e em especial no Nordeste brasileiro, com apoio do Ministério do Turismo, do Governo do Estado através dos diversos órgãos governamentais. No que concerne à Paraíba é possível afirmar que as iniciativas são incipientes, mas que é possível observar algumas regiões que têm despertado para essa realidade, como por exemplo os engenhos que fazem parte deste universo de estudo que a cada dia através dos incentivos governamentais e da ação dos produtores organizados através de associações e entidades que trabalham com as questões relacionadas ao trabalho com os produtos derivados da cana de açúcar da região do Brejo Paraibano, o artesanato e o turismo a exemplo da ATURA - Associação de Turismo Rural e Cultural de Areia PB, ASPECA- Associação Paraibana dos Engenhos de Cachaça de Alambique, entre outras.

Nas últimas décadas do século XX, a produção da cachaça na região tem atravessado um período de melhorias, advindas das dinâmicas da produção e

dos preceitos de desenvolvimento, que promoveram alguns acertos, como o investimento em turismo. Consolidando-se como um importante destino turístico, notadamente voltado para o turismo cultural e rural, devido à transformação a partir das intervenções na cidade em prol da qualidade de vida do local, sendo colocado como um dos destinos turísticos, concomitantemente com o processo de desenvolvimento do turismo.

A história dos Engenhos e a resultante produção da cachaça evoluiu ao longo dos séculos na região em estudo, possibilitando a superação de dificuldades, com a modernização e implantação de novas tecnologias sociais, ao mesmo tempo que apresenta inúmeras contradições e problemas que ainda precisam ser superados, a exemplo das dificuldades de inserção da mão de obra de trabalhadores que habitam a região em estudo no contexto do crescimento econômico, visto que a atividade turística não gera emprego e renda para todos os habitantes locais, principalmente quando se fala na responsabilidade do poder público em implantar programas e projetos que possam capacitar mais pessoas e fomentar ações que proporcione a participação como protagonistas neste universo promissor do turismo de base comunitária.

No percurso, aliando a pesquisa do desenvolvimento histórico dos processos de produção à apresentação dos conflitos e das contradições que este desenvolvimento evidenciou, pretendeu estabelecer a relação entre a industrialização da cachaça, a exploração do turismo em torno da cultura da cana-de-açúcar e o cotidiano da população do Brejo Paraibano, enfatizando os aspectos históricos, locais, turísticos, paisagísticos e de relevância no que se refere ao processo sociológico.

Nessa perspectiva, esta pesquisa buscou analisar os principais impactos econômicos, sociais, ambientais e culturais do turismo nos engenhos produtores de cachaça de alambique, que foram: Engenho Triunfo, no município de Areia-PB; Engenho Volúpia, no município de Alagoa Grande-PB; e Engenho Serra Preta, no município de Alagoa Nova-PB, por serem estes estabelecimentos produtores de aguardente e locais de exploração do turismo rural de maior destaque na região do brejo Paraibano.

Verificou-se, por tanto, que os principais impactos estão ligados a investimentos em infraestrutura local dos estabelecimentos visitados tendo em vista que o investimento monetário vem crescendo à medida que se procura

melhorar a qualidade do produto seja a cachaça ou a rapadura, dinamização da vida comunitária, pois a inserção de uso das tecnologias (internet) vem modificando a rotina dos habitantes dos engenhos, aprimoramento profissional pois a demanda por mão de obra cada vez mais qualificada é uma exigência do avanço na produção, inclusão social dos que participam ativamente das atividades de comercialização de produtos ou serviços, benefícios coletivos, fortalecimento do sentimento de pertencimento à comunidade rural e a perda de privacidade.

Foi possível observar que o ambiente estudado tem potencialidade para propor um turismo de pequena escala, que respeite a história do povo e que promova a experiência cultural enriquecedora. Dentre os aspectos positivos da utilização do patrimônio pela atividade turística, citam-se as estratégias educativas informais que explicam detalhes de suas obras, em visitas guiadas ou pelas narrativas em áudio e a capacitação de atendentes locais no momento de grande visitação. A excessiva concentração de turistas em torno de certos atrativos é muito preocupante, pois pode causar diversos problemas, desde antipatia da população local, até o esgotamento do interesse, deixando transparecer desorganização ou descuido com o atrativo, no caso em questão é constituído de legado histórico e cultural.

Diante do exposto, atinge-se o objetivo da análise acerca da importância desse patrimônio histórico e cultural e engenhos da Cachaça, em vista de sua utilização como atrativo turístico e reconhecimento da significativa forma de atratividade, principalmente em relação ao legado cultural do patrimônio histórico e da cachaça, mediante o entendimento de seu significado salvaguardando os referidos legados e possibilitando a visitação das futuras gerações.

Contudo, a relação entre patrimônio histórico cultural, engenhos da Cachaça e turismo, fez emergir alguns percalços e demandas com relação a preservação, ações e iniciativas, bem como as fragilidades das políticas públicas. Podendo ser revistas pelos atores sociais do turismo, bem como pela sociedade e gestores, motivados pelas muitas possibilidades de utilização de atrativos variados na região do Brejo paraibano, marcada pela existência de bens modernistas em grande escala, além de muitos outros atrativos.

Espera-se que os estudos e pesquisas contribuam com a atividade turística desenvolvida nas comunidades e nos engenhos na região do Brejo Paraibano, trazendo impactos sociais e servindo como base para a promoção de políticas públicas que incentivem o incremento dessa atividade em outras regiões do Estado.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. C. C. de. Proálcool e produção de alimentos. **Revista de Economia Política**. São Paulo: Brasiliense, v. 3, n. 1, 1983.

ALMEIDA, L. M. de M. C. et al. Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: um balanço de uma experiência municipal recente. **Retratos de Assentamentos**, v. 1, 2008, p. 157-194.

ALMEIDA, H. de. **Brejo de Areia**: memórias de um município. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

ALMEIDA, H. de. **Brejo Paraibano**: contribuição para o inventário do patrimônio cultural. João Pessoa: Museu do Brejo Paraibano, 1994.

ALMEIDA, Z. **Bem-estar e riqueza no Brejo de Areia**. João Pessoa: Ideia, 2010.

ALMEIDA, I.; DIAS, M. **Areia e a aguardente**: Um patrimônio histórico escondido no brejo Paraibano. Universidade Federal da Paraíba: Agência de Notícias, 2009. Disponível em: http://www.agencia.ufpb.br/ver.php?pk_noticia=10972 . Acesso em: 28 de outubro de 2021.

ALMEIDA, T. D. de; CAVALCANTE, C. G. S.; FETTERMANN, D. de C. Indústria 4.0: tecnologias e nível de maturidade de suas aplicações. In: **11º Congresso Brasileiro de Inovação e Gestão de Desenvolvimento do Produto**. 2017. p. 151.

ANDRADE, M. C. de. **Área do sistema canavieiro**. Recife: Sudene, 1988.

ARAGÃO, P. O. R. de. A Economia política do açúcar e do álcool no Brasil. In: **Cadernos de Economia**, Série Debates, n. 39. Campina Grande: Mestrado em Economia, 1993, 160p.

ARAGÃO, P. O. R. de; PAKMAN, E. T. O PROÁLCOOL e as transformações no espaço agrícola da Paraíba. In: **Raízes**, v. 8, janeiro/dezembro de 1991.

AVELAR, L. E. B. **A moderação em excesso**: estudo sobre a história das bebidas na sociedade colonial. Dissertação (Mestrado em História Social).

Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP. São Paulo, 2010.

BARBOSA, J. L. A. **Cultura de engenho de cana na Paraíba**: por uma sociologia da cachaça. Tese (Doutorado em Sociologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital cinérgico. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Minas Gerais: UFMG - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, nº 2, 1999.

BOISIER, S. **Em busca do esquivo desenvolvimento regional**: entre a caixa preta e o projeto político. IPEA: Planejamento e políticas públicas, n. 13, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. **A distinção**: a crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.871, de 4 de junho de 2009. Regulamenta a Lei nº 8.918 de 14 julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas. Disponível em: < www.planalto.gov.br >. Acesso em: 4 de novembro de 2021.

BRASIL. Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão. Disponível em: < [Http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/](http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/)>. Acesso em: 28 out. 2021.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 20 março de 2021.

BRASIL, 2010. Ministério do Turismo. Disponível em: < http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/>. Acesso em: 20 de março de 2011.

BRASILEIRO, M. D. S. Desenvolvimento e turismo para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, D. S.; MEDINA, J. C. C. M.; CORIOLANO, L. L. (orgs.): **Turismo, Cultura e Desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB, 2012.

CARVALHO, C. X. de. **Agroecologia, movimento social e campesinato no Agreste da Paraíba**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2008.

CHANG, H. J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Revista das revistas, estudos avançados**, 1991. Disponível em: <disciplinas.stoa.usp.br>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Os limites do desenvolvimento e do turismo**. Boletim Goiano de Geografia, 2001.

COSTA, F. B. Desempenho do crédito rural na redução da pobreza. In: GOMES, A. (org.). **Financiamento rural**: dos objetivos às escolhas efetivas. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 119-142.

CUNHA, L. H. Sobre o conceito de reconversões. In: **I Seminário do Projeto Políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no nordeste brasileiro**: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano, Campina Grande, UFCG, 2009.

DANTAS, L. C. **Desenvolvimento local e valorização de produtos dos engenhos de cana-de-açúcar em base territorial**: o caso do brejo Paraibano. Tese (Doutorado em Ciências e Engenharia de Produção). COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DANTAS, P. **Programa quer criar selo de qualidade para a cachaça produzida na Paraíba**. Governo do Estado da Paraíba. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/15371/programa-quer-criar-selo-de-qualidade-para-a-cachaca-produzida-na-paraiba.html>> Acesso em: 28 out. 2022.

ENRÍQUEZ, M. A. **Trajetórias do desenvolvimento**: da ilusão crescimento ao imperativo da sustentabilidade. Rio de Janeiro: Garammond, 2010.

ENGENHO da cachaça Triunfo terá nova fábrica na Paraíba. 2013, Portal Correio. Disponível em: <<http://portalcorreio.uol.com.br/noticias/economia/industria/2013/07/24/nws,227069,10,196,noticias,2190-engenho-cachaca-triunfo-tera-nova-fabrica-paraiba.aspx>> Acesso em: 21 de agosto 2022.

ENGENHOS são atração das cidades do Brejo Paraibano durante inverno. 2010. SEBRAE-SP. JusBrasil. Disponível em: <<http://sebraesp.jusbrasil.com.br/noticias/2243140/engenhos-sao-atracao-das-cidades-do-brejo-paraibano-durante-inverno>> Acesso em: 14 de outubro 2021.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FREITAS, S. M. de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006.

FREIRE, J. A. **Alagoa Grande**: sua história. João Pessoa: Ideia, 1998.

GALLIZA, D. S. de. **Modernização sem Desenvolvimento na Paraíba**: 1890-1930. João Pessoa: Ideia, 1993.

GARCIA JUNIOR, A. R. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA JUNIOR, A. R. **O Sul**: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e reprodução social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UNB, 1989.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL FILHO, S. F. **Geografia cultural**: estrutura e primado das representações. Espaço e cultura. Rio de Janeiro: Universidade federal do Rio de Janeiro, 2005.

GOMES, A. Pobreza, qualidade de vida e segurança alimentar: as famílias rurais norte-rio-grandense. In: GOMES, A. **Da mobilização às mudanças sociais: dinâmicas das novas ruralidades do nordeste brasileiro**. São Paulo: CERES, 2006.

GONÇALVES, R. C. **Guerras e açúcares**: política e economia na capitania da Parahyba - 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007.

GUERRA, L. D.; SILVA, J. B. da. Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos termos do debate. In.: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. C.; CORIOLANO, L. N. (orgs.). **Turismo, cultura e desenvolvimento**. Campina Grande: EDUEPB. 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARVEY, D. **A arte da renda**: a globalização e transformação da cultura em commodities. In: HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HEREDIA, B. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.). **A invenção das tradições**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE, Cidades - Paraíba. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/uf.php?coduf=25>>. Acesso em: 25 de nov. de 2021.

IENO NETO, G. **Assentamentos rurais e desenvolvimento**: em busca de sentido – o projeto Lumiar na Paraíba. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

JODELET, D. La representación social: fenómenos, conceptos y teoría. In: MOSCOVICI, S. **Psicología social**. Barcelona: Paidós, 1988.

JOFFILY, I. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus, 1977.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Do original: **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.

LIMA, S. R. R. de; ARAGÃO, P. O. R. de. Modernização e crise do setor sucro-alcooleiro da Paraíba. **Raízes**. Ano XVIII, n. 19, 1999.

MAGALHÃES, J. P. A. **Proálcool**: uma avaliação global. Rio de Janeiro: Astel, 1991.

MALAGODI, E. e MENEZES, M. Da reconversão produtiva ao desenvolvimento autônomo: a difícil trajetória dos assentamentos rurais em terra de usina. In: SILVA, A. G.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009, p. 227-252.

MALAGODI, E. A. Notas sobre o conceito de reconversão produtiva. In: CUNHA, L. H. Sobre o conceito de reconversões. In: **I Seminário do Projeto políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no nordeste brasileiro**: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano. Campina Grande: UFCG, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARX, K. **O Capital**, v. II: Crítica da Economia Política. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MCAFEE, A.; BRYNJOLFSSON, E. **A Segunda Era das Máquinas**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

MESSIAS, J. Cenário atual das usinas Adecoagro, Pedra, Bevap e Pitangueiras. **USINA 4.0**: a transformação digital da indústria. Jornal Cana, 2020.

MENEZES, M.; MALAGODI, E.; MOREIRA, E. R. Da usina ao assentamento: os dilemas da reconversão produtiva no Brejo Paraibano. **Estudos Sociedade e Agricultura**, outubro de 2013, vol. 21, n. 2, p. 332-358, ISSN: 1413-0580.

MOREIRA, E.; TARGINO, I.; MENEZES, M. **Impactos da Reforma Agrária na Zona Canavieira do Nordeste**. João Pessoa: Relatório Técnico de Pesquisa-CPDA/UFRRJ/MNRJ/NEAD, 2001.

MOREIRA, E.; TARGINO, I.; MENEZES, M. Impactos da política fundiária sobre o espaço urbano na Zona da Mata Paraibana: as mudanças na dinâmica do comércio e das feiras livres. In: ARAGÃO, P.O.R. de; GLAVANIS, P. M. (orgs.). **Globalização e ajuste estrutural**. João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MOREIRA, E.; TARGINO, I.; MENEZES, M. A. de. Espaço agrário, movimentos sociais e ação fundiária na Zona Canavieira do Nordeste. **Revista de Estudos Sociais (Fundaj)**, Recife, v.19, n. 2, 2003.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: EDUFPB, 1997.

MOREIRA, E. et al. **Impactos regionais da reforma agrária: o caso da Zona da Mata nordestina e do Brejo Paraibano**. Relatório final de pesquisa, 2001.

MOREIRA, E. R. F.; PEREIRA, M. P. B. PROÁLCOOL, crise e desemprego: a percepção dos trabalhadores. In: SILVA, M. J. L. da (org.). **Iniciados**. João Pessoa: EDUFPB, v. 1, 1998, p. 279-368.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**. Investigações em psicologia social. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

PATRICIO, T. S. et al. Internet das coisas (iot): as consequências da computação ubíqua na sociedade. In: **Colloquium Humanarum**, v. 15, n. 1, 2018, p. 83-93. ISSN: 1809-8207.

REIS, A. **Já sabe o que é Usina 4.0?** Gestores de usinas explicam. Jornal Cana, 2020. Disponível em: <<https://jornalcana.com.br/voce-entendeu-o-que-e-usina-4-0-gestores-de-usinas-explicam/>>. Acesso em: 27 abr. 2022.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto**, Niterói, vol. 2, 1977, p. 103-114.

PESSOA, Z. S. Agricultura familiar como alternativa de geração de emprego e renda rural. In: GOMES, A. (org.). **Da mobilização às mudanças sociais: dinâmicas das novas ruralidades do nordeste brasileiro**. Polis: s/d.

SILVA, J. V. B. **O direito de ficar na terra: omissões do estado e a construção de um novo sujeito coletivo de direitos**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Campina Grande, Universidade Federal de Campina Grande, 2002.

SCHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.
SPRICIGO, B. **Nove pilares da Indústria 4.0**. Disponível em: <<https://www.pollux.com.br/index/wpcontent/uploads/2018/03/Card-9-pilares-Linkedin.png>>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Impactos da política agroenergética sobre a organização do espaço agrário . In: Encontro da Latin American Studies Association (LASA), Rio de Janeiro, junho de 2009.

TEIXEIRA, I. B. C.; GOMES, A. A realidade do padrão alimentar de famílias rurais no Nordeste. In: GOMES, A. (org.). **Financiamento rural**: dos objetivos às escolhas efetivas. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 73-117.

WANDERLEY, M. de N. B. **Globalização sustentável**: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres/Unicamp, 2004.

WANDERLEY, M. de N. B. Olhares sobre o “rural brasileiro”. **Raízes**: revista de ciências sociais e econômicas/ UFCEG-PPGS. Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, jan. dez. de 2004, p. 82-98.

WANDERLEY, M. de N. B. **Capital e Propriedade Fundiária**: suas articulações na economia açucareira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A; Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

ZAOUAL, H. **Do turismo de massa ao turismo situado**: quais as transições? Cadernovirtual de turismo, v. 8, n. 2, 2008.

ZAOUAL, H. **Nossa história**. Disponível em:<<http://www.cachacavolupia.com.br/historia.php>> Acesso em: 20 de outubro de 2020.



APÊNDICES

Figura 1: mapa da localização do município de Alagoa Grande-PB

Fonte: Google Maps

Figura 2: Dependências da Usina Tanques.



Fonte: Arquivo retirado da página Comunidade Usina Tanques (13/10/2022)

Figura 3: Estação Ferroviária de Alagoa Grande (1970)

Fonte: História ferroviária paraibana (13/10/2022)

Figura 4: Trem de Ferro da Great Western por volta de 1901



Fonte: Google Fotos (13/10/2022)

Figura 5: Estado atual da estação de Alagoa Grande



Fonte: História ferroviária paraibana (13/10/2022)

Figura 6: Estado atual da estação de Alagoa Grande



Fonte: História ferroviária paraibana (13/10/2022)

Figura 7: Estado atual da estação de Alagoa Grande



Fonte: História ferroviária paraibana (14/10/2022)

Figura 8: Reunião sindical em praça pública no município de Alagoa Grande



Fonte: Arquivo retirado da página Comunidade Usina Tanques (16/10/2022)

Figura 9: Margarida Maria Alves - Líder Sindical



Fonte: Site Brasil de fato – PB (16/10/2022)

Figura 10: Casa de Margarida Maria Alves em Alagoa Grande-PB



Fonte: Site De olho nos ruralistas (16/10/2022)

Figura 11: Sepultamento de Margarida Alves em Alagoa Grande-PB



Fonte: Site do Brejo Paraibano (18/10/2022)

Figura 12: Casa de Margarida Alves em Alagoa Grande – PB



Fonte: Site do Brejo Paraibano (18/10/2022)

Figura 13: Localização do município de Areia-PB



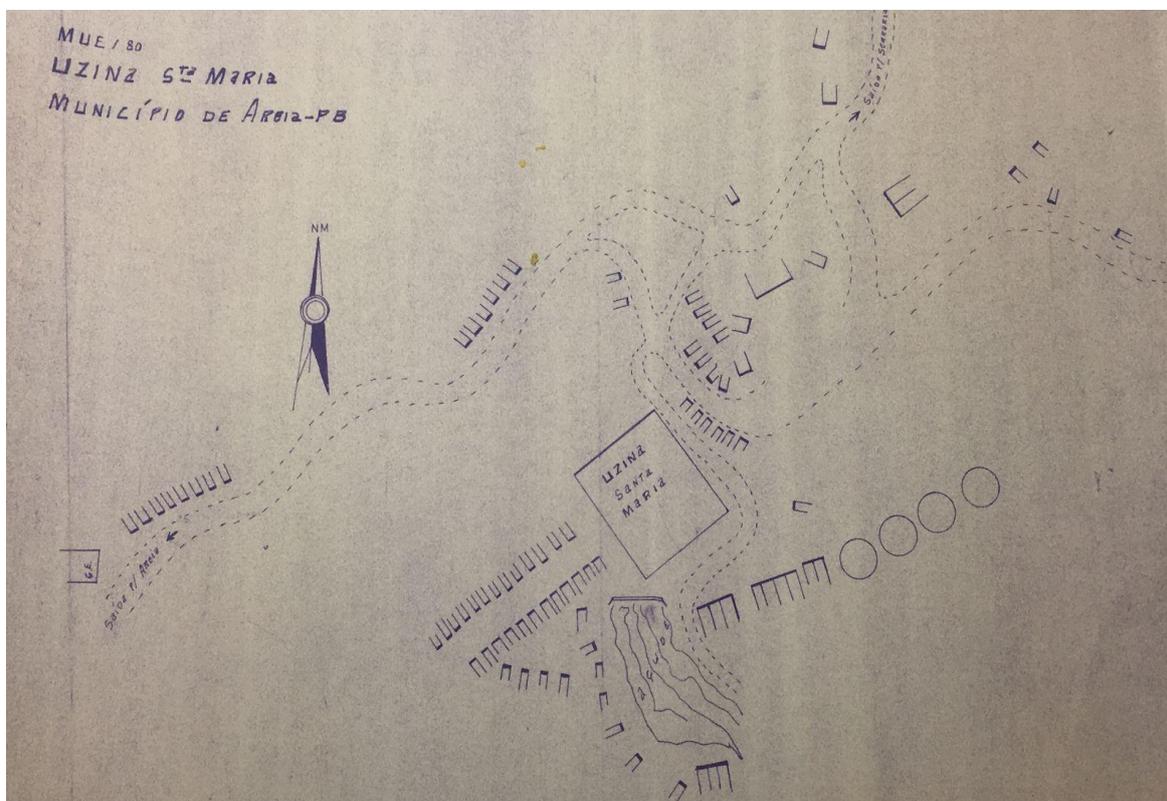
Fonte: Google Maps

Figura 14: Dependências da Usina Santa Maria – década de 1970



Fonte: Acervo pessoal de Carlos Trajano (SANTOS, 2013, p. 83) (18/10/2022).

Figura 15: Planta da Usina Santa Maria em 1979



Fonte: Desenhado por João Pereira da Silva. Obra encontrada no IPHAN-PB (18/10/2022)

Figura 16: Dependências da Usina Santa Maria em época de safra



Fonte: Site Gazeta de Alagoas (19/10/2022)

Figura 17: Ficha de registro de empregado na Usina Santa Maria, em 1984.

REGISTRO DE EMPREGADOS N.º 2261

FIRMA: USINA SANTA MARIA S/A. Rua: DISTRITO DE SANTA MARIA N.º S/Nº
 CIDADE: AREIA ESTADO PARAÍBA C.G.C. 08.711.210/0001-08 INSC. ESTADUAL 16.006.442-2

Data do Registro: 4631
6.7.84
MB

NOME: [REDACTED]

FILIAÇÃO { Pai: [REDACTED]
 Mãe: [REDACTED]

CARTEIRAS { Profissional: 61.227 Série: 00006-PB
 Reservista: _____ Identidade: _____
 Estrangeiro: _____
 Instituto: _____

Sindicato a que pertence: _____ Matrícula N.º _____

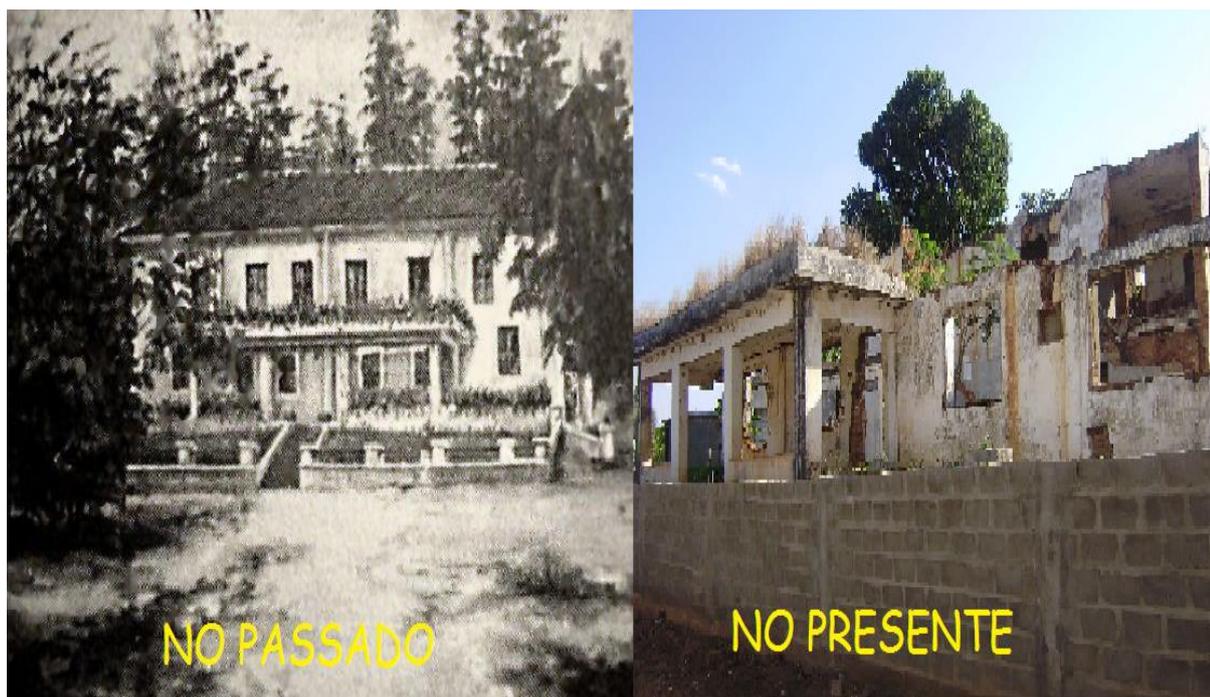
Estado Civil: SOLTEIRO Grau de Instrução: ANALFABETO Idade: 11 anos
 Data do nascimento: 01 / 02 / 73 Nacionalidade: BRASILEIRO Naturalidade: PALMARES-PE
 Lugar onde reside: SANTA MARIA Data da admissão: 02 / 07 / 84
 Função: TRAB. DA CULT. DE CANA DE AÇUCAR Salário: VIDE VERSO Forma de pagamento: SEMANAL
 Quando Estrangeiro { Data que chegou: ____ / ____ / ____ É naturalizado? ____ É casado com brasileira? ____ Tem filhos brasileiros? ____
 Teve emprego antes — SIM NÃO F.G.T.S. - Optante? ____ Em ____ / ____ / ____ Retratção em ____ / ____ / ____
 Banco Depositário: _____
 End.: _____ Horário de trabalho: Das 07:00 às 17:00 horas
 com o intervalo de 02 horas para refeição e descanso e aos Sábados das 07:00 às 17:00 horas num total
 de 48 horas semanais — Beneficiários: SEUS PAIS
 JAN - [REDACTED] FEV - [REDACTED]

Assinatura do Empregado: [REDACTED] Dispensado em 07 / 06 / 86
 Data: 02 / 07 / 84
 Papelaria Rocha - Fone: 321-4952 - Ref. 112

POLEGAR DIREITO

Fonte: Arquivo da pesquisa Acervo documental da agroindústria açucareira na Paraíba (19/10/2022)

Figura 18: Usina Santa Maria no passado e no presente



Fonte: Site geohistoriaeliette.blogspot.com (19/10/2022)

Figura 19: Usina Santa Maria no passado e no presente



Fonte: Site, geohistoriaeliette.blogspot.com (19/10/2022)

Figura 20: Localização do município de Alagoa Grande-PB



Fonte: Google Maps

Figura 21: Foto do primeiro rótulo da cachaça Volúpia- Alagoa Grande-PB



Fonte: Google Fotos (19/10/2022)

Figura 22: Localização do município de Alagoa Nova-PB



Fonte: Google Maps.

Figura 23: Engenho Beatriz - Alagoa Nova-PB



Fonte: <https://engenhosdobrejo.blogspot.com/> (21/10/2022)

Figura 24: Engenho Beatriz - Alagoa Nova-PB. Corte de cana crua.



Fonte: Arquivo pessoal (19/8/2022)

Figura 25: Processo de moagem da cana-de-açúcar



Fonte: Arquivo próprio (15/8/2022)

Figura 26: Processo de fermentação do caldo de cana recém armazenado



Fonte: Arquivo próprio (15/8/2022)

Figura 27: Processo de fermentação do caldo de cana, leveduras em ação



Fonte: Arquivo próprio (15/8/2022)

Figura 28: Processo de destilação em alambiques de cobre



Fonte: Arquivo próprio (15/8/2022)

Figura 29: Processo de armazenamento em barris



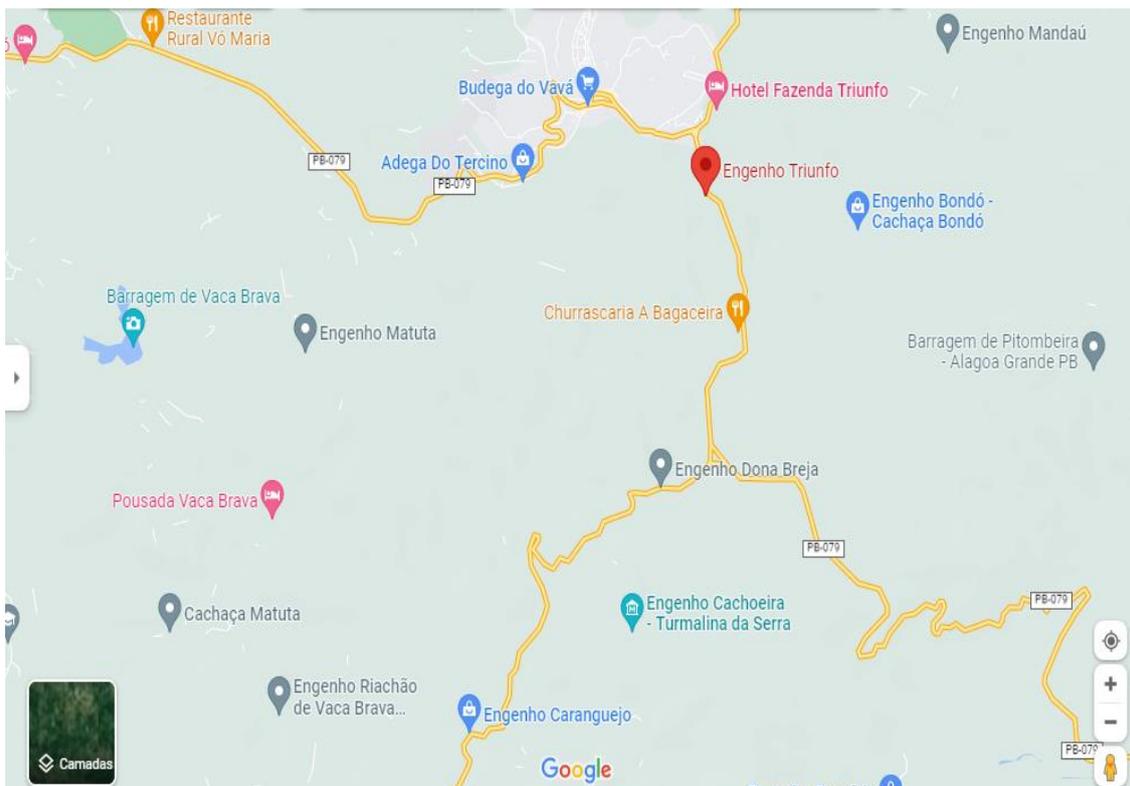
Fonte: Arquivo próprio (15/8/2022)

Figura 30: Foto aérea das instalações do engenho Triunfo - Areia-PB



Fonte: foto cedida pelos proprietários do engenho (9/9/2022)

Figura 31: Mapa de localização do engenho Triunfo e Hotel Triunfo



Fonte: Google Maps

Figura 32: Imagem utilizada nos primeiros rótulos da cachaça Triunfo



Fonte: Foto cedida pelos proprietários do engenho (3/10/2022)

Figura 33: Turistas em visitação ao processo de moagem - Eng. Triunfo



Fonte: Arquivo Pessoal (15/8/2022)

Figura 34: Destilação Cachaça Triunfo **Figura35:** Armazenamento Cachaça Triunfo



Fonte: Arquivo próprio (15/8/2022)



Fonte: Arquivo próprio (15/8/2022)

Figura 36: Maquinário para engarrafamento mecânico



Fonte: Arquivo próprio (15/8/2022)

Figura 37: Engarrafamento manual da cachaça



Fonte: Arquivo próprio (15/8/2022)

Figura 38: Placa de boas-vindas em vários idiomas - Engenho Triunfo



Fonte: Arquivo pessoal (15/8/2022)

Figura 39: Área de lazer para passeios turísticos - Engenho Triunfo



Fonte: Cedida pela proprietária do engenho triunfo (3/10/2022)

Figura 40: Gravação de documentário sobre cachaça para a UEPB - Engenho Triunfo



Fonte: Arquivo pessoal (7/5/2022)

Figura 41: Evento na UFPB campus II - Areia mostra cachaça (2021)



Fonte: Arquivo pessoal (18/8/21)

Figura 42: Evento na UFPB campus II - Areia mostra cachaça (2021)



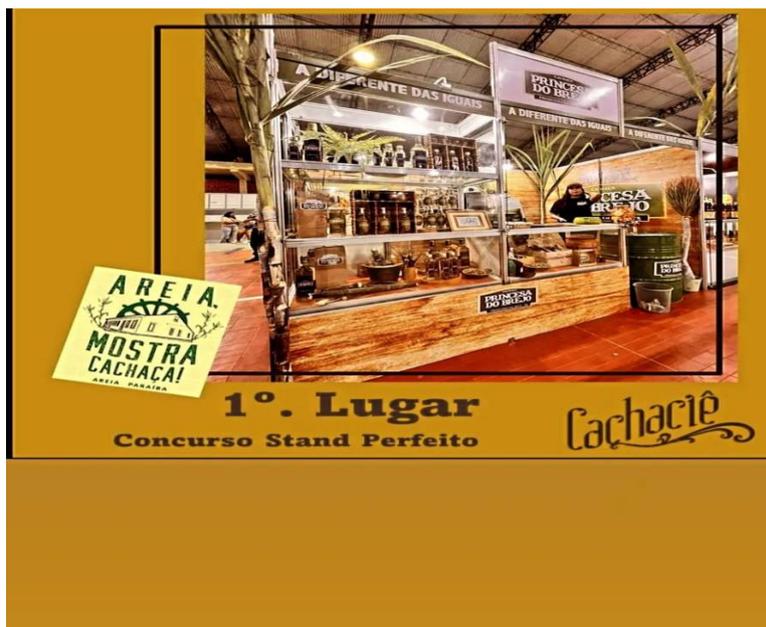
Fonte: Arquivo pessoal (18/8/21)

Figura 43: Evento na UFPB campus II - Areia mostra cachaça (2021)



Fonte: Arquivo pessoal (18/8/21)

Figura 44: Concurso de melhor decoração de stand - Areia Mostra Cachaça



2021

Fonte: Arquivo pessoal (19/8/21)

Figura 45: Concurso de melhor decoração de stand - Areia Mostra Cachaça



2021

Fonte: Arquivo pessoal (19/8/21)

Figura 46: Concurso de melhor decoração de stand - Areia Mostra Cachaça



2021

Fonte: Arquivo pessoal (19/8/21)

Figura 47: Areia Mostra Cachaça - UFPB 2021



Fonte: Arquivo pessoal (19/8/21)

Figura 48: Festa Rota Cultural Caminhos do Frio – 2022



Fonte: Arquivo pessoal (23/9/22)

Figura 49: Fluxograma - Nove pilares da Indústria 4.0



Fonte: ResearchGate